

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ROBERTO SIMONSEN: IDEOLOGIA E
PENSAMENTO ECONÔMICO**

PEDRO HENRIQUE
MOREIRA LIMA

Matrícula nº: 109023153

Orientador: Prof. Ricardo
Bielschowsky

MARÇO 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

ROBERTO SIMONSEN: IDEOLOGIA E PENSAMENTO ECONÔMICO

PEDRO HENRIQUE
MOREIRA LIMA

Matrícula nº: 109023153

Orientador: Prof. Ricardo
Bielschowsky

MARÇO 2015

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

Só tenho agradecimentos a Universidade do Brasil por tamanho aprendizado em todos os aspectos

Aos habitantes da Epitácio Pessoa e da Paissandu, porque família é uma questão de lembranças e presença.

Ao meu orientador por seu inestimável exemplo como acadêmico e amigo.

Aos amigos de Mesa de Bar, não vou LARGAR vocês.

A uma certa pessoa

Se as palavras foram poucas não faltaram pessoas que mereciam estar aqui.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é abordar o pensamento econômico de Roberto Simonsen e contextualizá-lo em um mundo em transformação buscando ressaltar dois aspectos. A partir de uma perspectiva de reconstituição histórica do seu pensamento econômico, analisam-se as ideias de Simonsen à luz das correntes ideológicas da sociedade brasileira de sua época. Depois, enfatiza-se a importância dos trabalhos de economistas estrangeiros para o embasamento e legitimação de seu discurso pelo planejamento centralizado estatal e a industrialização.

ABSTRACT

The aim of this work is to deal with the economic thought of Roberto Simonsen and contextualize it in a changing world, reassuring two aspects. From a perspective of historical reconstitution of his economic thought, we seek to analyze Simonsen's ideas inside the context of the ideological framework of the Brazilian society of his time. Then we emphasize the importance of foreign economists thesis for the basis and legitimation of his defense of the state centralized planning and the industrialization.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 - ROBERTO SIMONSEN: INTELECTUAL DA BURGUESIA INDUSTRIAL NA ERA VARGAS.....	10
1.1 Vida e Trajetória.....	10
1.2. Afirmção política da classe industrial.....	14
1.3. Intelectual político da burguesia industrial brasileira	15
CAPÍTULO II – COMPONENTES IDEOLÓGICOS NO BRASIL DOS ANOS 1930 E SUAS INFLUÊNCIAS EM SIMONSEN	18
2.1. Positivismo, ciência e técnica	18
2.2. Intervencionismo como forma e a origem papalista	22
2.3. Nacionalismo	24
2.4. Industrialismo	25
2.5. Conservadorismo de classe	27
2.6. Autoritarismo.....	29
CAPÍTULO III – REFERÊNCIAS ANALÍTICAS E SINTONIA INTERNACIONAL	32
3.1. Referências: pioneiros da economia do desenvolvimento	32
3.1.1. Friedrich List.....	33
3.1.2 Mihail Manoilescu.....	34
3.1.3 Wladimir S. Woytinsky	35
3.1.4. Johann Rodbertus	38
3.1.5. Alfred Wagner.....	41
3.1.6. Colin Clark.	44
3.2. A controvérsia do Planejamento e seu contexto.....	46
3.3. O debate com Gudin e os autores utilizados: Prokopovich e Landauer.....	48
CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

“Roberto Simonsen, o maior líder industrial brasileiro, foi o grande ideólogo do desenvolvimentismo”

Ricardo Bielschowsky, Pensamento econômico brasileiro — o ciclo ideológico do desenvolvimentismo

O objetivo desse trabalho é situar Simonsen e seu pensamento econômico dentro das discussões políticas de sua época, expondo a presença de diferentes ideologias em sua visão de mundo e em grupos políticos brasileiros da época, além de apresentar diversos autores da gênese da economia do desenvolvimento, suas análises e sua sintonia com seu discurso em nome do planejamento estatal centralizado e o industrialismo.

Sua práxis, visando contribuir para a reprodução do capitalismo industrial no Brasil, é o cerne deste trabalho e alguns aspectos teóricos são analisados dentro da lógica de fortalecer seu discurso, legitimá-lo. Por se tratar de um autor extremamente complexo e pioneiro da análise histórico-econômica brasileira, trabalha-se com um foco mais centrado em sua atuação como político e líder industrial e a importância desta. Inclusive, por esse motivo, a análise de sua teoria econômica, presente em clássicos como *História econômica do Brasil* é posta em segundo plano nesta monografia.

A importância do estudo da motivação, da ideologia e do discurso no estudo da história econômica passa diretamente pelo procedimento metodológico dialético de que é possível pensar o real valendo-se do próprio pensamento do real, como coloca Pedro Dutra Fonseca em suas considerações finais no livro “*Vargas – O Capitalismo em Construção*”.

Roberto Simonsen viveu as grandes questões brasileiras de sua época, sendo um intelectual político que transitava entre a teoria e a prática, sempre enfocando a maneira como aquela poderia encontrar as melhores soluções para esta. Seus escritos, produzidos entre os anos

1910 e 1940 - dos mais técnicos, próprios da sua formação como engenheiro, às interpretações em relação à história do país - estiveram inseridos dentro de uma tentativa de compreensão do momento excepcional de transição vivido pelo Brasil.

A grande depressão dos anos 1930 inaugura uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro: de um modelo agrário exportador com uma indústria incipiente e politicamente descentralizado para uma moderna economia industrial. A principal mudança econômica ocorrida neste novo período nacional é a ênfase no mercado interno, com forte presença do Estado a partir do primeiro governo Vargas. Caio Prado Jr. resume este período da seguinte forma: “Acentua-se assim novamente o processo de nacionalização da economia do país. A grave crise que sofria seu sistema tradicional de fornecedor de matérias-primas e gêneros tropicais, resulta no progresso de sua nova economia voltada para necessidades próprias” (PRADO JR.1974: p. 292.).

Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* demonstra que, apesar da gravidade da crise, com o valor médio da saca de café declinando de 4,71 libras, em 1929, para 1,80 em 1932-4, a queda da renda do setor exportador foi impedida, graças à política governamental de defesa dos preços. É nesse âmbito de crise que, a partir de recuperação econômica determinada pela forma como se defendeu o café no início dos anos 1930, terminam sendo criadas as condições para o que Furtado chamou de “deslocamento do centro dinâmico” do setor primário exportador para a indústria (cf. FURTADO, 2007[1959], p. 198) a acelerada expansão industrial. O produto industrial cresceu em cerca de 50% entre 1929 e 1937 e a produção primária, agora menos voltada às exportações, passaria a ter crescente orientação para o mercado interno (cf. FURTADO, 1959, pp.184-197). A atuação e o papel do Estado na economia ganham uma relevância sem precedentes a partir da Revolução de 1930, essencial para compreender a modernização e o crescimento econômico brasileiro no século XX.

Dentre a extensa bibliografia sobre Roberto Simonsen, é de vital importância o seminal trabalho de Heitor Ferreira Lima (1963). Havendo trabalhado com Simonsen na FIESP, Lima publica estudo sobre Roberto Simonsen e o barão de Mauá, qualificados como “pioneiros do desenvolvimento”. Marcadamente biográfico, o texto mostra de forma assimétrica, por meio de evidências textuais, a associação entre a figura dele e temas recorrentes do pensamento econômico brasileiro, como protecionismo e planejamento. A partir desse trabalho pioneiro,

outros estudos surgem a partir dos anos 70 sobre vida e obra, podendo ser divididos em três grupos principais seguindo a metodologia de Bruzzi Curi (2014): os que versam sobre Simonsen especificamente, ou o têm como um de seus principais temas; as sínteses de história do pensamento econômico que abordam, de alguma maneira, o pensamento simonseniano; e as contribuições recentes que adotam uma linha comparativa (cf. BRUZZI CURI, 2014 p. 5). Entre outros trabalhos importantes que se dedicam a Roberto Simonsen, destacam-se: a tese de Helena Fanganiello (1970), que faz um abrangente resumo biográfico e esquematiza o pensamento do autor em temas diversos; a coletânea de textos selecionados do autor organizada por Edgard Carone (1973); a tese de Vera Cepêda (2003), relacionada à questão política; e a tese de Fábio Maza (2004), centrada na concepção simonseniana de ciência.

Não menos importante é a dissertação de mestrado de Bruzzi Curi (2014), por sua análise centrada na interpretação histórica das realizações intelectuais e políticas de Simonsen, e por situar a importância de diferentes teses de autores internacionais para a formulação e embasamento do próprio pensamento simonseniano, além de diversas referências e citações retiradas de sua obra. O segundo capítulo desta monografia faz amplo uso do estudo de Bruzzi Curi.

Outros trabalhos essenciais foram: a já mencionada coletânea organizada por Carone de 1973, o livro de Eli Diniz *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945* de 1978, fornecendo o contexto político do período abordado, o artigo de Pedro Fonseca *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil* de 2004 que expõe os diferentes grupos políticos que teriam influenciado a construção do ideário desenvolvimentista, além do livro do mesmo autor *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1945* de 1987, especialmente em relação as discussões sobre o positivismo, o livro de Ricardo Bielschowsky *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, o livro *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945* de 2010, sobre a controvérsia do planejamento e o debate entre Simonsen e Eugênio Gudin escrito por Aloísio Teixeira, Denise Lobato Gentil e Gilberto Maringoni, além da 3ª edição da coletânea *A controvérsia do planejamento na economia brasileira* organizada pelo IPEA.

Nesta monografia o primeiro capítulo possui caráter biográfico, ao estudar a trajetória política, acadêmica e pessoal de Simonsen, com a devida contextualização destes processos. Em

suas realizações é interessante a dimensão política, sob a ótica de seu papel como intelectual orgânico da ascendente burguesia industrial. Os capítulos seguintes trabalham com duas abordagens complementares para mostrar a relação do autor - e político - Roberto Simonsen com o mundo que vivia. O segundo capítulo aborda a influência dos diferentes elementos ideológicos relevantes nos anos 1930 que dialogaram com a visão de mundo que Simonsen expressou em seus discursos e escritos. O terceiro capítulo analisa os autores europeus em que Simonsen buscou os fundamentos ideológicos para a construção de sua visão do desenvolvimento brasileiro cuja ênfase é a industrialização, feita com grande participação do Estado (utilização de práticas protecionistas e planejamento econômico centralizado).

CAPÍTULO 1 - ROBERTO SIMONSEN: INTELECTUAL DA BURGUESIA INDUSTRIAL NA ERA VARGAS

1.1 Vida e Trajetória

Membro de uma influente família de negócios de origem inglesa, Roberto Cochrane Simonsen nasceu em 18 de fevereiro de 1889 no Rio de Janeiro, mudando-se com um ano de idade para Santos (SP). Posteriormente foi para São Paulo, onde cursou o ensino secundário no Colégio Anglo Brasileiro e formou-se engenheiro na Escola Politécnica de São Paulo. Trabalhou na Southern Brazil Railway e, em 1911, tornou-se diretor geral de obras da Prefeitura de Santos, saindo em 1912 para fundar posteriormente a Companhia Construtora de Santos e a Companhia Santista de Habitações Econômicas. A partir daí, inicia uma carreira de sucesso em diversos empreendimentos, mas, diferentemente de seus pares na época, possui um intenso interesse em “... transformar sua prática cotidiana em reflexões mais amplas” (MARINGONI, 2010. P.38).

Simonsen perseguia atuar em áreas além da engenharia, tendo seu papel político e intelectual se intensificado como na Missão Comercial à Inglaterra em 1919, como convidado pelo Ministro da Agricultura Pádua Sales. Seus textos na época ainda refletiam uma visão agrarista¹ em relação ao Brasil, focado na diversificação de gêneros exportáveis à Inglaterra, mas já “pronunciou discursos que tinham uma perspectiva mais abrangente da economia nacional” (BRUZZI CURI, 2014, p. 31). Bruzzi Curi situa os anos 1920 como o momento de sua afirmação no papel de importante empresário do setor industrial, mas seu projeto intelectual e de país ainda é centrado no aprofundamento do processo de diversificação produtiva. A noção de superação de uma estrutura atrasada por meio da industrialização programada ainda é embrionária. Na carta “Necessidade de Estabilização Cambial – Carta enviada à Missão Financeira Ingleza chefiada pelo Sir Edwin Montagu, a 8 de fevereiro de 1924”, cujo objetivo era levantar 25 milhões de libras junto à casa Rothschild, é um exemplo interessante. Simonsen

¹ O termo agrarista é utilizado para se referir a uma visão de desenvolvimento econômico centrado na produção agrícola.

defende a ideia de que a situação do café, por beirar o monopólio nacional, independe da questão cambial, diferentemente de outros produtos primários²

“Sendo o café um produto de que o Brasil tem praticamente o monopólio, as oscilações cambiais não desorganizam a sua produção. De facto, o cambio subindo muito rapidamente, é sempre possível promover uma valorização do producto pela sua simples retenção nas mãos dos vendedores, dada a impossibilidade dos mercados irem se suprir suficientemente de outros fornecedores. O mesmo não acontece, porém, com o algodão, a carne, o fumo e outros productos agrícolas e matérias primas dos quaes não temos privilégio ou monopólio da produção” (SIMONSEN, 1932[1924], p. 144 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 67).

Bruzzi Curi analisa outro trecho do texto de Simonsen por meio de dois eixos: O autor pretendia mostrar aos conselheiros de finanças ingleses que o Brasil não pretendia desperdiçar divisas com importações supérfluas, priorizando compromissos financeiros como o empréstimo almejado, e ao mesmo tempo, já via como necessário uma política consciente do governo discriminação das importações (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 69).

“Impõe-se a meu vêr, uma política do Governo, facilitando a importação de machinas, ferro, aço, carvão e productos medicinaes e tornando verdadeiramente proibitivas as importações de productos de luxo. Do contrário, correremos sempre os riscos de orgias na importação de productos de luxo” (SIMONSEN, 1932[1924], p. 147 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 69).

Os anos 1920 também são um momento de diversificação da indústria brasileira, se expandindo para o setor de bens de capital e que demandava muitas importações estratégicas, especialmente insumos e bens de capital (cf. SUZIGAN, 2000, p. 90-93 e p. 261-264 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 70). Como assinala Diniz, a discussão entre os adeptos da vocação agrária do país e os defensores de uma transformação de sua estrutura produtiva em prol da industrialização aparecia como um divisor de águas entre teóricos desde o final do século XIX. A partir de meados da década de 1920, observa-se uma mudança: afirma-se uma percepção menos particularista da tarifa como instrumento de proteção, e mais como providência inadiável de uma nova orientação por parte do Estado Nacional (cf. DINIZ, 1978, pp. 118-120). Em 1928, em decorrência de divergências em relação a políticas cambiais e tarifárias, foi fundado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) em 1928, em ruptura com a Associação Comercial. Este episódio faz parte de um processo, nesse momento ainda embrionário, de

² Simonsen no texto *"Aspectos da história econômica do café"* de 1938 critica a política de valorização do café a partir da virada do século "Essa providência de eliminação dos excessos, perfeitamente compreensível para um curto período, nunca deveria se ter transformado em política permanente, pois que no caso brasileiro redundou em verdadeiro atentado contra nossa economia social.(...)A superprodução não foi ainda eliminada e tampouco atacadas de frente as suas causas profundas" (SIMONSEN, 1973[1938], p.231).

diferenciação dos interesses industriais em relação aos mercantis e agrários, aumentando o peso político dos primeiros.

Simonsen apresentou ao presidente do Banco do Brasil Guilherme da Silveira e ao presidente Washington Luis, em carta transcrita em 27 de outubro de 1929, o que considerava as cinco principais causas da crise no Brasil: a crise internacional, a política do Banco do Brasil, a agitação política ligada à eleição presidencial, a superprodução do café e falta de estabilidade do meio circulante (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 80). Nesse período Simonsen lança *As crises no Brasil*. Bruzzi Curi afirma que: “talvez seja este o primeiro ensaio de história econômica publicado por Simonsen, abarcando um período amplo da história do Brasil, apresentando dados e fornecendo algum tipo de interpretação sobre os processos tratados” (BRUZZI CURI, 2014, p. 82).³

Os anos 1930 por sua vez marcaram intensamente sua trajetória com uma grande virada em sua posição em relação ao poder central. Inicialmente apoia Julio Prestes à presidência, bem como o CIESP, do qual Simonsen era vice-presidente, na condição de representante da elite paulista. Esteve ao lado da Frente Única Paulista contra o governo federal em 1932, levando a dois anos de exílio na Argentina após a derrota. Com a redemocratização em 1933 foi escolhido como deputado classista e teve seu mandato renovado no ano seguinte. Ainda em 1933, funda ao lado de outras personalidades da elite paulista, em grande parte engenheiros (id, IBID) a Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, que nascera com o objetivo de formar quadros técnicos, para ajudar a "tocar os negócios do Estado" (cf. LIMONGI, 1989 p. 218-219).

Segundo Diniz, a plataforma aliancista às vésperas da Revolução de 30 não oferecia novas vantagens que compensasse ao setor industrial romper a tradicional aliança que

³ Sua grande obra foi o livro *História econômica do Brasil* (1937), que abordava os diferentes ciclos de produtos primários – açúcar, ouro, café – e a integração comercial do país com a metrópole e, posteriormente, com o mercado internacional, além da inconclusa construção da nação. Dentre outros trabalhos acadêmicos destaca-se a coletânea, publicada em 1932, *À margem da profissão*, reunindo seus textos da primeira década do século até o texto “As finanças e a indústria – Conferência no Mackenzie College” (1931), além de *Aspectos da história econômica do café* (1938), *Evolução industrial do Brasil* (1939) e “Recursos econômicos e movimentos das populações” (1940).

congregava os interesses dominantes sob a supremacia do setor cafeeiro (cf. DINIZ, 1978, p. 248). Porém a autora aponta um deslocamento de poder do âmbito ministerial e do congresso para outros fóruns decisórios dentro da máquina do Estado.

“Em outros termos, o que se depreende dos pronunciamentos da liderança empresarial, nesta época, é a visão de uma nova ordem política onde os interesses da burguesia poderiam se expressar sem a mediação da representação política, introduzindo-se diretamente no aparelho estatal” (DINIZ, 1978: p. 79, p. 106-107)

De acordo com Bruzzi Curi, entre o retorno do exílio e o golpe do Estado Novo, Simonsen se aproximara do governo. O apoio ao governo federal teria sido conduzido pelo tipo de representação que Vargas abriu para a burguesia industrial, baseada nos conselhos técnicos, diretamente vinculados ao poder executivo e dissociada de processos de eleição democrática (cf. BRUZZI CURI, 2014, p.35).

Simonsen foi eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em 1937, passando a fazer parte do CFCE (Conselho Federal de Comércio Exterior), órgão diretamente ligado à presidência da República e que, de fato, era uma agência de formulação de política econômica geral. Sua participação no CFCE resultou na publicação de um livro, ainda em 1937, intitulado *A indústria em face da economia nacional*. Na introdução do referido livro, Simonsen justifica em nome da segurança, tranquilidade e do progresso seu apoio ao golpe do Estado Novo no mesmo ano (cf. SIMONSEN, 1937, p.23 apud BRUZZI CURI, 2014, p.36). Com o fechamento do congresso, perde sua cadeira de deputado, mas se aproxima cada vez mais do círculo de empresários e técnicos ligados a Vargas e defendendo um intervencionismo estatal mais radical. Essa mudança levou a perder apoio de alguns de seus pares industriais, o que explica o movimento de protesto que resultou no desligamento de 297 empresas ligadas a FIESP em sua reeleição em 1938. “Seria um limite da ideologia industrialista brasileira, incapaz de assumir posições mais enfáticas na arena política” (CEPÊDA, 2003 apud BRUZZI CURI, 2014, p.36).

Durante a Segunda Guerra Mundial, em novembro de 1942, é nomeado para o conselho consultivo de Coordenação de Mobilização Econômica, um 'superministério' com objetivo de organizar a economia de guerra. No ano seguinte integrou a Comissão do Imposto Sindical e participou do I Congresso Brasileiro de Economia. Em 1944, elabora o relatório que seria o

documento inicial da conhecida controvérsia sobre o planejamento, ao qual retornarei mais adiante. Com o fim da ditadura, filia-se ao recém-criado Partido Social-Democrático, elegendo-se senador em 1947, um ano antes de sua morte.

Sua ativa vida política e ideológica esteve inscrita no Brasil que começava a se modernizar, e a superar a condição de país rural atrasado para entrar no capitalismo industrial. Nesse contexto, Simonsen foi um defensor do 'progresso' e, mais que isso, foi representante intelectual e político da burguesia industrial brasileira cujo papel foi primordial para essa transição.

1.2. Afirmação política da classe industrial

Diniz discute a Revolução de 1930 como um marco inicial de mudanças políticas que levaram a implantação progressiva do capitalismo industrial no país. Ao longo dos anos 1930 houve uma gradual inserção das elites industriais num esquema de alianças, em que já estavam integradas as elites tradicionais, ligadas a terra e ao comércio internacional. Como explica que “Este processo já se achava em curso quando crise internacional apressou e intensificou as cisões entre as elites dominantes, abrindo caminho para novas opções políticas (DINIZ, 1978, p.226).

A autora ressalta a ausência de automatismos. A incorporação do setor industrial ao esquema de alianças que sustentou a consolidação do modelo agroexportador não ocorreu sem resistência por parte dos grupos hegemônicos até aquele momento. A aceitação da burguesia como parceiro legítimo é consequência das conquistas deste setor, e mesmo que não tenha significado em nossa experiência histórica mudanças estruturais profundas, introduz um fator de tensão nas relações entre as forças sociais em confrontos. Além disso, no longo prazo, a ascensão da classe burguesa impõe uma nova orientação quanto à organização da economia e da sociedade (cf. DINIZ, 1978, p. 226).

Diniz discute a aparente contradição ou falta de identidade dos industriais paulistas, como no apoio constante ao Partido Republicano Paulista (PRP) nas eleições e na própria revolução

constitucionalista de 1932. A autora defende que, na defasagem entre a percepção de interesses próprios e o montante de poder que o grupo possui para implementar tais interesses, pode-se gerar estratégias de compromisso que nem sempre parecem condizentes com seus objetivos fundamentais. Em oposição à ideia de falta de identidade, a autora afirma que se tratava de uma tentativa de preservar alianças com os setores sociais detentores de recursos políticos necessários à consecução de seus objetivos, mesmo que signifique, a princípio, postergar interesses superiores.

Ao longo da República Velha, os industriais atravessaram um processo de afirmação de seu posicionamento como classe. Superaram sua postura anterior, passiva e maleável, resumida em interesses isolados, e passaram a defender seus interesses mais gerais, falando em nome do conjunto do setor. Apesar de uma dinâmica marcada por avanços e recuos, a autonomia do setor vai progressivamente crescendo, superando inclusive um meio fundamentalmente hostil a princípio. O agravamento das contradições do modelo tradicional vai abrindo espaço para o capitalismo industrial e o projeto de classe dos industriais (cf. DINIZ, 1978 p.227).

A autora situa a fundação do CIESP sob a liderança de Simonsen como um marco, trazendo mais autonomia e mudanças na dinâmica de alianças entre elites tradicionais e emergentes.

"De uma condição de dependência e subordinação, traduzida pelas constantes necessidades de conciliar, o que é evidentemente inerente a qualquer tipo e coalizão, mas até mesmo às custas de sua própria capitulação, os industriais conseguiram progressivamente alterar a posição de sócio menor, em que seus aliados procurariam mantê-los" (DINIZ, 1978, p.240).

Nesse sentido, a liderança de Simonsen seria decisiva para afirmação burguesa como classe e para a construção de seu discurso.

1.3. Intelectual político da burguesia industrial brasileira

Logo no início de sua tese, Bruzzi Curi (2014) examina a controvérsia no estudo de história do pensamento econômico entre o método que considera possível isolar os aspectos ideológicos e políticos da análise econômica pura e o outro que defende a lógica de que as ideias

são parte integrante de um quadro ideológico político. Em consonância com esta segunda proposta metodológica, o mesmo autor se vale de um referencial teórico gramsciano para, sob esta ótica, situar o pensamento econômico de Simonsen em relação às ideias de seu tempo, aos interesses da classe cuja posição assume. Faz a opção pela análise histórica, em que a separação do elemento ideológico da produção intelectual é impossível por comporem uma totalidade. Nesse sentido, os tratados econômicos e históricos feitos pelo autor não são meramente teóricos, trata-se também da defesa de um projeto de classe, essencial para a afirmação da burguesia industrial no Brasil. Seguindo essa linha, Simonsen se encaixaria no sentido de intelectual orgânico, contribuindo para que os interesses específicos de uma fração da classe dominante se tornem mais gerais, passando a ser do todo, do Estado-governo, da sociedade. Este é o momento agudo, o objetivo final de toda uma função organizativa do intelectual no processo de construção de hegemonia (cf. GRAMSCI, 1999, p. 168-170 e p. 188).

Em 1928, em seu discurso na fundação na CIESP, Simonsen cumpre esse papel associando os interesses da indústria nacional com a da própria nação:

“... no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomados na consideração devida, possuindo este país um Parque Industrial eficiente à altura e seu desenvolvimento agrícola ” (SIMONSEN, 1973[1928], p.55).

Nesse momento Simonsen estava combatendo, como salienta Diniz, a crítica, oriunda desde os fins da década anterior, da oposição entre os interesses industriais e os da coletividade. Fonseca situa o começo dessa discussão ideológica sobre indústrias artificiais e naturais entre o final do Império e início da República. Setores tradicionais denunciavam todas que não fossem aquelas de beneficiamento das matérias primas locais, vistas como uma "extensão" do setor primário. A alegação era baseada em motivos como: o alto volume de capital exigido, incompatível com a realidade nacional; a estreiteza do mercado interno para fazer face à escala de produção mínima, elevando custos médios; a escassez e mão-de-obra qualificada; e principalmente o prejuízo que trazia ao consumidor nacional, obrigado a pagar mais caro por um produto de qualidade inferior (cf. FONSECA, 2004, p. 233). Percebe-se um discurso de associação dos interesses agraristas ao interesse nacional e à defesa do coletivo, visando assim legitimar-se nas discussões contra os defensores da expansão do setor industrial, como Simonsen.

A afirmação feita por Bruzzi Curi, categorizando Simonsen como intelectual orgânico da burguesia industrial brasileira, precisa ser analisada de forma crítica. Naquele momento da história brasileira, nos anos 1920 e 1930, é discutível pensar numa identidade de classe burguesa, como grupo constituído, quanto mais em sua hegemonia. Nesse sentido, a burguesia industrial como classe ainda estaria em processo de afirmação, mas sobre esse aspecto a participação de Simonsen nesse amadurecimento é decisiva, reafirmando a função organizativa que possuía politicamente.

As especificidades do pensamento de Simonsen são essenciais para evitar um automatismo nocivo, ignorando a importância das ideias que contribuíram para formulação do seu discurso em defesa de suas posições políticas. É essencial afastar a ideia de que fosse um mero apologista dos interesses da burguesia industrial. Bruzzi Curi resumiu essas especificidades em duas: interpretação histórica e sintonias internacionais (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 11). Fonseca em seu texto sobre os precursores do desenvolvimentismo no Brasil dá um interessante complemento: identifica as correntes precursoras do desenvolvimentismo. Por sua influência decisiva na história brasileira são essenciais para a compreensão da totalidade da ideologia de Simonsen, as grandes questões abordadas por ele e os eixos de seu pensamento econômico. Para estes são essenciais: o nacionalismo industrialista, o protecionismo e o planejamento estatal centralizado, estes dois últimos especialmente na maturidade de suas formulações teóricas. Nesse sentido, abordaremos as diferentes nuances ideológicas presentes tanto na visão de mundo de Simonsen, como na sociedade brasileira dos anos 1930.

CAPÍTULO II – COMPONENTES IDEOLÓGICOS NO BRASIL DOS ANOS 1930 E SUAS INFLUÊNCIAS EM SIMONSEN

Maringoni descreve Simonsen como brilhante e discorre como antes dele nenhum membro das classes dominantes locais conseguira teorizar sobre os rumos da economia nacional e do mundo dos negócios com tamanha competência, equilibrando atuação empresarial e obra intelectual, sintetizada em uma trajetória política guiada pelos interesses da indústria (cf. MARINGONI, 2010, p. 36).

Analisando a atuação de Roberto Simonsen como acadêmico e político, é possível observar filiações a diversas ideologias: Sua concepção de ciência e conhecimento, influenciada pelo racionalismo com ‘dimensão positiva’; sua posição política de direita, defendendo uma conciliação conservadora entre as classes, sob a sombra do autoritarismo para preservação da ordem; e, mais claramente a partir dos anos 1920, a defesa de medidas de política econômica protecionistas, industrialistas e nacionalistas, essenciais para afirmação da burguesia industrial e seu projeto. Baseando-se no texto de Fonseca (2004) sobre os precursores o desenvolvimentismo no Brasil, podemos observar as diferentes nuances ideológicas do contexto social que Simonsen estava inserido na primeira metade do século XX e os pontos de contato entre o meio e sua obra.

2.1. Positivismo, ciência e técnica

Simonsen marca o início de sua trajetória visando o aumento da produção como forma de superar as dificuldades impostas pela Primeira Guerra, sendo esta uma das concepções essenciais em seu pensamento ideológico. Isso deveria ser atingido através da elevação da produtividade e de uma maior racionalização do processo, ou seja, com uma 'administração científica'. Nesse início do século XX suas preocupações eram ligadas a questões de eficiência e organização produtiva, participando do processo de modernização em curso que ocorria no Brasil. Estas serão questões importantes e recorrentes para Simonsen, através de seus diversos escritos e por sua

participação como um dos fundadores do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).

Um exemplo prático dessa preocupação é a controvérsia em relação ao asfaltamento em São Paulo entre ele e Victor da Silva Freire, engenheiro e professor da Escola Politécnica (cf. SIMONSEN, QUEIROZ, 1923). Basicamente tratava do betume usado na massa asfáltica, nos quais Silva Freire defendia uma posição mais empírica. Enquanto Simonsen valorizava mais o cientificismo, centrado em “testes realizados em laboratório”.

Associada à questão do cientificismo está a defesa da importância dos ensinamentos técnicos em detrimento ao academicismo. Bruzzi Curi ressalta a formação de Simonsen na Escola Politécnica, participante de um projeto pedagógico ligado à produção e transmissão de um conhecimento técnico e prático, como reação ao bacharelismo, dominante no ensino superior brasileiro até então. Embora questionador, o projeto da Politécnica, fundada em 1894 quando havia apenas uma escola de engenharia no Brasil, era reproduzir uma instituição em moldes europeus para a elite paulista. Em 1919 faz um discurso, às vésperas de sua ida à Inglaterra, denominado “Missão à Inglaterra – Orientação commercial brasileira”, em que critica o hábito dos brasileiros de encaminharem seus filhos para as profissões liberais, em vez de incentivá-los a dedicarem-se aos “negócios” ou às profissões técnicas (cf. SIMONSEN, 1932[1919], p. 59 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 62).

O discurso refletia a rejeição a mentalidade livresca de sua própria formação. A fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) nos anos 1930 passa exatamente pela defesa dessa visão. Como destaca Maza (2004), a ELSP possuía a pretensão de produzir e transmitir um conhecimento renovado, que seria norteador por uma concepção prática e utilitária, forjadora de um projeto modernizador para o Brasil e centrada num tipo de ciência voltada para a compreensão dos mecanismos da sociedade que se queria reformar (cf. BRUZZI CURI p.87).

Maza defende que a noção de ciência utilizada por Simonsen estava amparada em uma dimensão positiva de pensamento, circundada por elementos evolucionistas e darwinistas sociais. A ideia fundamental do método seria a de que a Ciência só pode ser objetiva e verdadeira na medida em que eliminar qualquer tipo de viés, apresentando-se como uma orientadora segura

para os estudos e métodos neutros de análise. Não se trata de dizer que Simonsen foi um positivista, mas identificar elementos comuns ao pensamento positivista na sua obra, como a elevação do engenheiro à vanguarda do progresso, e a primazia do método objetivo (cf. MAZA, 2002, p. 18).

O positivismo, em especial, foi de fundamental importância no Brasil nas duas últimas décadas do Império até as quatro primeiras décadas da República, tendo grande influência nos círculos políticos, jurídicos e militares. Fonseca apresenta três principais vertentes: a religiosa (a "religião da humanidade", apregoada por Comte, principal pensador positivista, que no final da vida inspirou a criação de templos); a científica (apregoando as vantagens do método indutivo, a crítica à metafísica e a supremacia do saber científico sobre o filosófico ou religioso, com a criação de uma ciência social positiva – a física social); e a política, aconselhando regras para a boa administração financeira e política. O autor ressalta a importância desta última vertente na gênese do desenvolvimentismo (cf. FONSECA, 2004, p. 244).

A neutralidade e a importância da impessoalidade, diretamente associada ao método científico, são centrais no positivismo político, criticando a ideologia e a política que devem ser substituídas pela ciência e a administração. Um governante deve ter um compromisso com a ciência, e com o que ela de mais material possibilita: a eficiência, sendo ele intérprete das necessidades sociais. É essencial a moralização como sua maior virtude. Deve-se estar acima de classes, partidos e facções, tendo um "espírito desinteressado". Nesse sentido, já se apresenta uma contradição, que foi muito explorada pela religião da humanidade, que é defender uma tábua de valores muito mais explícita e apelativa ao espírito militante que o próprio liberalismo. Essa centralização política de viés autoritário ganhou muito eco nas ditaduras latino-americanas, inclusive no Brasil, com a supressão dos direitos individuais em nome de um "bem maior" de definição bastante subjetiva.

A influência do positivismo na formação política e nos discursos de Getúlio Vargas, abordada por Fonseca (1987), exemplifica a importância da ideologia no Brasil da época e, nesse caso, no Rio Grande do Sul. Desde jovem, Vargas considerava-se "castilhistas" – seguidor de Julio de Castilhos, presidente do estado, importante líder do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e grande disseminador do ideário positivista. Para exemplificar a importância desse

ideário na política da época, o autor explica o posicionamento do PRR em relação aos direitos trabalhistas, dissecando muito sobre a inspiração positivista por detrás de seus posicionamentos (cf. FONSECA, 1987, p. 90-91). Para evitar o avanço do comunismo, devem-se reconhecer as consequências nefastas do liberalismo, promovendo a "integração do proletariado à sociedade capitalista". O Estado não deveria intervir diretamente na questão social, mas lançar mão de instrumentos indiretos, como a persuasão, para conscientizar e induzir os empresários a uma atuação que procurasse uma harmonia entre capital e trabalho. Além disso, historicamente, havia defensores do intervencionismo na região para: proteger o charque nacional, em crise, da competição com o importado platino; criticar a falta de uma boa infraestrutura; e o combate ao contrabando. A defesa de um papel mais amplo e permanente do Estado na economia, adquirindo funções além daquelas pregadas pelos preceitos liberais, estava presente nas discussões políticas.

O estudo de caso feito por Fonseca (1987) para defender a ideia que o Rio Grande governado pelo PRR foi uma prévia do que aconteceu no Brasil da Era Vargas agrega a discussão sobre o positivismo e sua influência no país. Referindo-se ao Brasil e à Europa ele afirmava:

"Tanto aqui como lá o positivismo voltou-se a justificar a expansão capitalista exatamente no momento inicial, ou nas primeiras 'etapas' de seu desenvolvimento: assim, nos dois contextos constituiu-se em ideologia nitidamente burguesa, procurando resolver, em seus princípios doutrinários, tanto o conflito capital/trabalho como o existente entre as várias frações do capital. Permeia toda a ideologia positivista a ideia do 'esforço comum' pelo progresso, dá o paternalismo' a denúncia do 'espírito de facção' representado pelos partidos e a proposição do estado Neutro" (FONSECA, 1987, p. 74-75).

Em seguida, Fonseca critica a interpretação feita por Fernando H. Cardoso (1980), minimizador do caráter conservador do positivismo na América Latina, chamando-o de "deformação simpática" e "mais reformista que reacionária", ao reforçar seu caráter defensor do progresso (cf. CARDOSO, 1993, p. 17-18 apud FONSECA, 1987. p. 75-76). Fonseca faz um contraponto enfatizando o conservadorismo do positivismo brasileiro (cf. FONSECA, 1987, p. 76-78). A ideologia apesar de ter servido como norteador de ações para momentos políticos de mudança no Brasil, e que historicamente possuíam o sentido de consolidar a expansão capitalista e o poder burguês, não possuíam nenhum caráter reformista. A regra do processo político passava pela acomodação e "composição" entre as diferentes frações dos grupos dominantes, sendo expressão de uma transformação conservadora. No caso do governo Vargas, um

establishment diferente fora gestado dentro da própria oligarquia, apontando para um novo tipo de desenvolvimento capitalista.

Na essência do positivismo está o desejo de construir uma sociedade melhor, algo que não ocorrerá automaticamente. Nesse ponto a discordância dos positivistas com o liberalismo era muito forte, pois estes encaravam os direitos naturais, a crença na superioridade do livre mercado, suas regras dedutivas universais com desconfiança. A ciência positiva é pragmática, e rejeita dogmatismos. Seguindo essa linha para a política, o pragmatismo justifica a intervenção estatal na sociedade, não como um fim em si mesmo, mas para conduzir as mudanças necessárias.

2.2. Intervencionismo como forma e a origem papalista

Fonseca (2004) considera os papelistas uma vertente negligenciada em comparação aos nacionalistas e aos defensores da indústria. Todavia, o papelismo especificamente possui uma grande importância por afrontar um princípio básico da política econômica clássica: o das finanças sadias, materializado pelo equilíbrio orçamentário, uma máxima consensual no debate entre positivistas e jus naturalistas nas faculdades de direito. Iam além dos intervencionistas, que discutiam quando e em que condições a intervenção estatal era aceitável, rompendo em algo mais simples: na operacionalização da política econômica, trazendo para discussão menos os fins últimos da ação estatal e mais a forma com que esta é executada. Eles trouxeram algo chave para a discussão desenvolvimentista posterior, que é o crescimento como premissa e, às vezes, um fim em si mesmo, admitindo o crédito, déficit público e empréstimos como elementos de apoio ao crescimento da economia (cf. FONSECA, 2004, pp. 237-238).

A discussão entre papelistas, mais preocupados com o nível de atividade econômica e a taxa de juros, e metalistas, focados na estabilidade monetária e cambial, remonta ao Império.

Sua importância nessa discussão é essencial para entender as origens do desenvolvimentismo por romper com princípios básicos da teoria econômica convencional, como a conversibilidade e o papel passivo da política monetária, e inaugurar uma concepção de

política econômica que a tornava responsável pelo crescimento, com o Estado podendo e devendo atuar como agente anticíclico. Esse último talvez seja o mais essencial. Apesar de embrionária em relação ao que ocorreu no século XX, como estatais e bancos de desenvolvimento, pela primeira vez a produção era posta como a variável essencial da política econômica, subordinando o resto a ela e redefinindo o papel do Estado (cf. FONSECA, 2004, p. 241).

Fonseca (2004) analisa em perspectiva histórica, e conclui que não necessariamente os papelistas se confundiam com nacionalistas e nem com industrialistas. No contexto original em que as ideias surgiram e foram implementadas, na maioria das vezes, "produção" significava produção agrícola e os ciclos de flutuação monetária coincidiam com a necessidade de meio circulante que se adaptasse aos períodos de safra e entressafra. Na maior parte os papelistas associavam suas ideias a vocação agrícola brasileira, exportadora de gêneros primários. Não havia uma dualidade de ortodoxia econômica associada ao liberalismo e agricultura contra heterodoxia nacionalista e industrialista. A análise feita por Fonseca da importância dos papelistas centra-se bastante na oposição a regra das finanças sadias, que não era exclusiva dos liberais e dos representantes do setor primário, em prol de uma política econômica com respostas mais imediatas às conjunturas (cf. FONSECA, 2004, p. 241-243).

Inicialmente Simonsen utiliza-se de fundamentos da teoria monetária convencional, como ajuste automático do câmbio, para posicionar-se a favor do projeto de reforma monetária em seu texto “A indústria em face da economia nacional” de 1926 (cf. SIMONSEN, 1973[1926], p. 66-69), porém passa a defender uma posição diferente posteriormente. Já nos anos 1930 muda bastante sua argumentação, incorporando a ideia de que as divisas geradas pelas exportações eram insuficientes na baixa cambial, levando não ao equilíbrio, mas a um câmbio cronicamente desvalorizado. Inserido dentro de uma preocupação além das questões monetárias, articula estabilização cambial e fomento às atividades produtivas.

“Sendo o barateamento da produção uma consequência da organização e esta por sua vez uma consequência da continuidade da produção e da sua expansão, claro é que no regime atual nos apresentamos desarmados e pobres na concorrência internacional. Com a fixação do máximo da taxa cambial, o agricultor e o industrial brasileiro só conhecerão como limites de sua expansão a organização e os preços da concorrência estrangeira; não sofrerão mais a amputação violenta da oscilação cambial para a alta” (SIMONSEN, 1926, IN: SIMONSEN, 1973, p. 66-69).

Simonsen desde o princípio vê a regulação e intervenção estatal como necessários. No já mencionado texto à missão Montagu, o autor não faz uma defesa aberta da industrialização, nem do protecionismo como fará em momentos posteriores, explica Bruzzi Curi, mas defende, desde daquela época, uma intervenção cambial. A utilização do câmbio fixo não seria apenas para garantir a inserção brasileira nos fluxos de capitais internacionais, mas também para permitir a diversificação do nosso parque produtivo, por meio do desenvolvimento do plantio de algodão. Inclusive enfatiza que a diversificação produtiva é condição *sine qua non* para a solidez financeira nacional, apontando a impossibilidade do comércio do café sozinho garantir os compromissos nacionais.

2.3. Nacionalismo

Sobre a mais antiga⁴ entre as correntes mencionadas por Fonseca (2004) em seu texto, o autor constata que, durante a época da independência, nacionalismo e liberalismo não se opunham. Nesta época, grande parte dos nacionalistas defendia romper com o mercantilismo português e suas leis, repudiando regulamentações, concessões monopolistas e outras instituições mercantilistas do ponto de vista econômico.

A associação entre nacionalismo e indústria não foi automática ao longo do século XIX com disputas entre nacionalistas agrários como Américo Werneck, Eduardo Frieiro e Alberto Torres. Estes enalteciam a dita vocação agrária brasileira, glorificando a natureza privilegiada do país, contra líderes como os ministros da fazenda Joaquim José Rodrigues Torres e Manuel Alves Branco, cujo nome foi dado à tarifa que possuía motivação primária cobrir o déficit do Estado, mas permeada de muita discussão sobre nacionalismo. Fonseca ressalta excepcionalidade desta declaração de Alves Branco pelo fato de antecipar em quase um século o entendimento que não há oposição frontal entre os interesses nacionais e da indústria, priorizando mercado interno, mas sem rompimento com outros países, além da complementaridade entre indústria e agricultura tão cara a Simonsen:

⁴ Esboços de manifestações nacionalistas remontam ao período colonial, com críticas ao pacto colonial e aspectos pontuais, sem um projeto de separação, foram as chamadas "revoltas nativistas".

"A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua lavoura; a lavoura interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua indústria. Os mercados estrangeiros só devem ser considerados auxiliares para uma e outra, e jamais, como principais" (LUZ, 1975 p. 50).

O posicionamento de Simonsen em relação ao nacionalismo é intrinsecamente ligado a uma convergência apontada por ele entre os interesses industriais e o benefício nacional como um todo, seguindo a lógica mencionada por Fonseca (2014) que "... embora nem todo nacionalismo fosse industrializante, a defesa da indústria tinha no nacionalismo um de seus melhores argumentos..." (FONSECA, 2004, p. 231) sendo no caso de Simonsen uma defesa menos emocional e mais técnica, procurando se embasar nas melhores justificativas científicas e econômicas que ele considerava possível. Bruzzi Curi (2014) escreve que, em 1935, nas discussões sobre o tratado EUA-Brasil, Simonsen introduz conceitos tomados de economistas ligados a uma tradição nacionalista e protecionista alemã, formada nas tensões referentes à unificação da Alemanha e à ascensão desse país a potência industrial, para dar solidez e legitimidade a seu discurso. Assim, sua posição contrasta com o discurso de seus pares no legislativo, cujos argumentos eram de cunho mais moral e apologético (cf. BRUZZI CURI, p.157).

2.4. Industrialismo

A ideia de associar a indústria à modernidade, que seria tão caro a Simonsen, ganhou muito fôlego na transição entre Império e República associando aquele ao marasmo, ao atraso e a vida rural. Como já mencionado, o debate em relação a indústrias ditas "naturais" e "artificiais" dominou as discussões por décadas. Sobre estas últimas, explica Fonseca:

"Denunciava-se o artificialismo destas indústrias alegando-se, dentre outros motivos: o alto volume de capital exigido, incompatível com a realidade do país; a estreiteza do mercado interno para fazer face à escala de produção mínima, o que resultava produção com alto custo médio, bastante superior ao dos produtos similares importados; a escassez de mão-de-obra qualificada para operar tecnologias sofisticadas; e, finalmente, o prejuízo que trazia ao consumidor nacional, forçado a pagar mais caro por bens de qualidade inferior" (FONSECA, 2004, p. 233-234).

O autor comenta que esse argumento associando a indústria e o aumento no custo de vida foi utilizado pelos críticos do encilhamento a UDN contra a política econômica de Vargas.

Podem-se detectar traços comuns na grande maioria dos industrialistas ao longo do tempo, como: o tom nacionalista, ligando a importância do segundo setor para a própria independência e autonomia nacional, para romper com sua situação colonial, mesmo que geralmente não se tomasse uma postura xenófoba em relação ao exterior, inclusive com alguns defendendo aproveitar-se da experiência histórica de industrialização estrangeira e investimentos estrangeiros no país; a ideia de uma complementaridade com o setor agrário, sem um confronto direto; e uma forte defesa do protecionismo, associada a críticas ao livre comércio, visto como abstrato e “associada à miragem sedutora da teoria” como foi colocado pelo manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Neste texto, que Fonseca coloca como importante por ser pioneiro de uma linha de pensamento que se manterá ao longo do tempo, o intervencionismo pró-indústria justificava-se não por uma dedução abstrata, mas pela *experiência histórica*. Nessa linha são rejeitadas teses mais ortodoxas, colocando a teoria em detrimento do aprendizado que as experiências históricas trazem (cf. FONSECA, 2004, p. 234-236).

Sobre a questão de uma ideologia industrialista e sua liderança, Diniz enfatiza um ponto importante, que é o papel da burguesia na implantação do capitalismo industrial na sociedade brasileira. A autora comenta sobre os estudos que tratam do início do processo de substituição de importações brasileiro no período de 1930/1945. Neles, tende-se a enfatizar a defesa da ideia que, por a burguesia não deter a hegemonia do processo de instauração de uma nova ordem econômica e social, ela teria apenas acompanhado passivamente as decisões da elite burocrática, civil e militar, controladora do aparelho estatal. Diniz qualifica essa visão como simplificadora, distorcendo a dinâmica de poder que envolveu as novas alianças a partir da revolução de 1930. A participação da burguesia fora decisiva para o processo de definição de um novo projeto econômico, voltado para a industrialização e de conscientização crescente do esgotamento do modelo primário-exportador, fragilizado. A noção de inaugurar uma nova modalidade de crescimento econômico não foi uma reação automática à vitória das forças revolucionárias. Estas basicamente visavam desarticular o esquema de poder político da República Velha, porém a presença de distintas tendências tornava o espectro ideológico dominante suficientemente

heterogêneo para dificultar a percepção das reais probabilidades que se abriam para modificar a estrutura produtiva nacional (cf. Diniz, 1978. p.95).

Simonsen é usado pela autora como símbolo da evolução da percepção por parte da burguesia de suas próprias potencialidades e do papel que lhe cabia como ator relevante do processo de implantação do novo modelo de crescimento econômico. Obviamente ressaltando, com o devido reconhecimento, as limitações da análise do pensamento dele como indicador de mudança no conjunto do setor empresarial. Diniz (1978) destaca a pouca diferenciação da posição de Simonsen em relação ao processo econômico em comparação a dos demais setores econômicos durante os anos 1920. Em discursos e entrevistas da época, Simonsen identifica frequentemente a estabilidade da moeda como problema central do país, dando às suas análises da política econômica um tom marcadamente ortodoxo e refletindo uma visão ainda muito restrita das possibilidades da industrialização no Brasil. Esta era concebida como um processo necessariamente contido nos limites da estrutura existente (cf. DINIZ, 1978, p. 76). Acompanhando esse processo de afirmação, a burguesia se alinharia a uma nova ordem autoritária de política. Pela preservação da ordem e a possibilidade de seus interesses poderiam ser expressos diretamente no aparelho estatal, visando à consolidação do capitalismo industrial no Brasil.

2.5. Conservadorismo de classe

Um eixo do pensamento e da visão de mundo de Roberto Simonsen ressaltado por Bruzzi Curi (2014) é a convergência de interesses entre capital e trabalho. O método “científico” de determinação salarial, atrelando os ganhos do trabalhador à sua produtividade, contornaria o risco da luta de classes (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 65). Em seu discurso “‘Pelo Trabalho Organizado – Resposta à saudação dos companheiros de trabalho, após a terminação da epidemia de gripe hespanhola, a 9 de dezembro de 1918”, louvava o espírito coletivo, cooperativo do trabalho, mas ao mesmo tempo advertia contra o que entendia como risco das “ideologias classistas”, as “organizações artificiais” e os entraves à “verdadeira noção de liberdade” (SIMONSEN, 1932[1918], p.17-21 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 54).

Inicialmente, ainda sem uma perspectiva de planejamento nacional, o exemplo era o capitalismo americano Taylorista/Fordista com a redução nos custos via racionalização produtiva e não via arrocho salarial. Exemplificando tudo isso, em seu discurso “Vida de Estudante e Luta pela Vida. Discurso de paranymphe na distribuição de diplomas aos bacharelados do Gymnasio Anglo-Brasileiro, a 21 de Novembro de 1920”, a figura de Henry Ford era vista por Simonsen como a ideal em detrimento ao personagem Scrooge, de Charles Dickens. Este descrito como "...um rico usurário (...) só, isolado, não compartilhou dos períodos alegres dos seus condiscipulos, não fazia parte integrante da vida collegial" (SIMONSEN, 1932[1920], p. 123 apud BRUZZI CURI, p. 64).

Por outro lado, o relatório “Problemas de Administração – Excerptos dos Relatórios apresentados à Directoria e assembléa de accionistas da Companhia Construtora de Santos em 1918 e 1919” defendia uma remuneração justa aos trabalhadores, “se não quizerem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto por vias econômicas” (SIMONSEN, 1932[1918/1919], p. 49 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 59).

Observe-se que, embora a posição de Simonsen seja, em si mesma, conservadora, porque se opõe à luta sindical trabalhista, era progressista, com traços tipicamente (mas não exclusivamente) positivistas, em relação a visão dominante que pode ser resumida na frase atribuída a Washington Luis de que "a questão social é um caso de polícia." No ponto de vista do autor, o conflito entre os dois grupos – trabalhadores e capitalistas – ocorria apenas por interesses imediatos, em detrimento dos interesses verdadeiros da sociedade como um todo. Ele retoma na questão classista a importância da administração científica, defendendo estudos do processo produtivo e a individualização do trabalhador, levando em conta o esforço pessoal e a variação da produtividade, bem nos termos da administração taylorista (cf. BRUZZI CURI, 2014 p.59).

Expandindo essa visão para a questão nacional, entende-se sua crítica ao liberalismo e ao comunismo, com uma ênfase especial ao segundo. Simonsen no prefácio de seu livro “À margem da profissão” critica a defesa do livre comércio definindo-a como teorias e doutrinas lançadas por povos que, graças a seu forte aparelhamento comercial, só têm vantagens na liberdade absoluta porque por intermédio desta que eles dominam os mais fracos nos embates

econômicos internacionais. Quanto ao comunismo russo, o Estado teria invertido a ordem de prioridades numa lógica distributiva falha que levou a pobreza geral, sendo que o foco deve estar na produção e no aumento de riquezas. (cf SIMONSEN, 1932, p. 8-9 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 85).

É por meio da lógica corporativista da conciliação de classes, com melhores condições materiais de vida aos proletários e salários individualizados baseados na produtividade alcançada, que Simonsen pretendia responder à organização e à radicalização política do movimento operário brasileiro. A importância deste cresce, com direito a greves gerais, maior sindicalização e aumento do protagonismo. Bruzzi Curi lista diferentes fatores a partir de 1917 para isso o autor cita o agravamento da carestia, em decorrência da Primeira Guerra e a vaga revolucionária europeia, aberta com a Revolução Russa. Assim, as elites dirigentes viram suas preocupações aumentarem com mais de cem greves em São Paulo e sessenta no Rio de Janeiro. Em sua maioria, as reivindicações eram mais ligadas à melhoria de condições de vida e trabalho que revolucionárias (cf. BRUZZI CURI, 2014, p.60).⁵

O receio das classes dominantes em torno da possibilidade mudanças coletivistas na sociedade reflete-se também no suporte a governos totalitários. Essa atitude era justificável pela conservação da marginalização política dos segmentos populares e manutenção da ordem.

2.6. Autoritarismo.

O aumento das funções do Estado como forma de superação do defasado liberalismo não se limitava a esfera econômica. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas institui o Estado Novo, fechando o Senado e Câmara, além de cancelar as eleições programadas para o ano seguinte. No dizer de Darcy Ribeiro, estabelece-se uma ditadura fascista, autoritária e

⁵ Um exemplo citado por Bruzzi Curi é o Comitê de Defesa Proletária, formado em São Paulo em 1917, cujos principais pontos defendidos eram: aumento salarial, proibição de trabalho noturno para menores de idade e mulheres, interdição ao trabalho de menores de 14 anos, jornada de oito horas, fim do trabalho nos sábados à tarde, respeito ao direito de associação, garantia de emprego.

centralizadora. O próprio nome Estado Novo vem da ditadura salazarista portuguesa. Seria equivocado encarar toda a trajetória de Vargas na presidência desde o golpe de 1930 ao autogolpe do Estado Novo como um evento isolado, apenas com explicações baseadas no contexto interno. Como se sabe, o crescente autoritarismo no Brasil e aquele existente em boa parte do mundo não eram eventos sem ligação, e possuíam origens bastante anteriores aos processos históricos daquela década. Ideologias totalitárias ganharam importância e adeptos especialmente após a I Guerra Mundial e a vitória do Socialismo na Rússia. A crise política originária dos problemas econômicos ajudou na ascensão de diferentes formas de autoritarismo ao redor do mundo.

Dentro do raciocínio de contextualizar as ideias ao período que foram gestadas, Diniz começa seu capítulo sobre o pensamento autoritário brasileiro dos anos 1930 associando este ao processo de modernização (cf. DINIZ, 1978. p. 89-93). Vivia-se um momento de grande instabilidade interna e transformações no capitalismo mundial. Autores como Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos defendiam um novo tipo de Estado, gestado na crise do liberalismo. Tendo instituições capazes de responder a essas questões com um novo tipo de organização política, esse novo modelo defenderia o "interesse geral da nação" em detrimento da ideologia individualista. O modelo político liberal transplantado do exterior alimentava a oposição do "país legal-país real"⁶ e estava falindo. A resposta passa por um alargamento das funções estatais, para garantir segurança, a promoção do desenvolvimento econômico e do bem estar social da nação. Não obstante isto, o fato de o Estado passar a ser encarado como agente de controle e disciplina dos mecanismos de mercado não vem de nenhuma forma contestava o regime da propriedade privada pelo contrário, servia para reforçá-lo.

Na economia moderna a iniciativa privada ganha papel preponderante na orientação da política econômica estatal, por meio de instituições como os Conselhos Técnicos. A convergência entre as posições defendidas pela liderança industrial e as formulações autoritárias são muito enfatizadas por Diniz para compreender o período analisado. A defesa da integração do mercado interno e o reconhecimento da ineficiência de um sistema econômico baseado exclusivamente no setor agroexportador por parte de Azevedo Amaral vão ao encontro

⁶ Essa oposição pode ser resumida como o contraste entre as instituições políticas brasileiras e as condições reais do país.

dos interesses da Burguesia. Amaral enfatiza o caráter universalista e empreendedor da elite industrial em contraponto a mentalidade acanhada dos elementos rurais, somada a necessidade de superação do atraso e à defesa do princípio de soberania, para garantir a segurança nacional.

O caráter autoritário da ideologia industrialista brasileira é analisado por Diniz (1978). Ao longo dos anos 30 a burguesia progressivamente questionaria o liberalismo político em nome da ordem e da disciplina. Especialmente entre 1934 e 1937 o pluralismo político seria associado à agitação e à difusão de valores extremistas que poderiam pôr em risco as bases do regime capitalista. Os industriais compartilhavam uma visão elitista da participação política, opondo-se à incorporação política das camadas populares e sendo favoráveis ao controle do movimento operário.

Na ocasião do golpe do Estado Novo, Simonsen faz coro à retórica do momento e o apoia baseado nas condições de insegurança e de intranquilidade, que justificam essas medidas de excepcional gravidade. Porém, tratava-se de algo mais amplo, a natureza do regime implantado, de caráter corporativo, tecnocrata e coletivista, próximo à concepção de sociedade defendida por ele. Nesse sentido, vale a pena retomar o apoio, descrito por Diniz, da classe industrial ao autogolpe

“Efetivamente, ao contrário do movimento de 30, o golpe de 37 não provocou oposição dos setores empresariais. Estes, se não assumiram a liderança na implantação da nova ordem, constituiriam fator importante no jogo de pressões que a desencadeariam” (DINIZ, 1978, p. 107).

CAPÍTULO III – REFERÊNCIAS ANALÍTICAS E SINTONIA INTERNACIONAL

A origem da ideologia tecnocrata de Roberto Simonsen, mencionada no final do capítulo anterior, está em sua concepção de ciência, baseada na práxis, com uma valorização do método científico das ciências naturais e da experiência. Para ele, o conhecimento deveria passar da fase das abstrações e generalidades para a fase da ciência, e desta, para uma terceira etapa – a da técnica – quando então adquire aplicação objetiva (cf. SIMONSEN, 1933, pp.19-20, apud BRUZZI CURI, 2014 p. 88).

Simonsen, em sua busca pelo progresso do conhecimento, procurou em diversos autores, contemporâneos ou não, teses que o auxiliassem teoricamente a amadurecer suas propostas de política econômica. Bruzzi Curi trabalha com a ideia de sintonia com o material que estudava, mais do que influência, porque Simonsen não aderiu exatamente a uma escola de pensamento, mas selecionava fragmentos dos estudos que lia a sua retórica. Era um momento de difusão internacional de ideias econômicas e a partir delas formulava seu próprio pensamento, articulando fundamentos teóricos aos elementos ideológicos apresentados no capítulo dois.

3.1. Referências: pioneiros da economia do desenvolvimento

Suas referências foram diversas, mas podemos destacar as influências de Friedrich List, Mihail Manoilescu, Johann Rodbertus, Adolph Wagner, Colin Clark, Sergei Prokopovitch, Wladimir Woytinsky, e Carl Landauer. Trata-se de economistas de diferentes linhas de pensamento e ideologia, mas em sua maioria são reformistas, questionadores da inexorabilidade do livre mercado e de sua eficiência autônoma. Simonsen buscou lidar com o dilema da construção de um pensamento econômico nacional, sempre com a perspectiva de enriquecimento e desenvolvimento do Brasil, procurando nesses autores principalmente: substância para sua argumentação por meio de dados bem embasados, e diferentes bases teóricas para

amadurecimento de sua defesa da indústria e da necessidade do planejamento centralizado estatal para o desenvolvimento brasileiro.

Não se pode desconsiderar a perspectiva política do discurso de Simonsen, em defesa de um projeto em disputa com outros. Sobre a validade do estudo do discurso, Fonseca lembra que em cada momento histórico específico os homens, diferenciados por interesses concretos, têm diferentes interpretações e propostas para conservar ou alterar a realidade, afirmando assim a relevância da ideologia e dos fatos políticos (cf. FONSECA, 1987, p. 21). A gênese de seu pensamento econômico passou diretamente pela necessidade de desconstrução de teorias rivais, especialmente a liberal, que tinha em Gudin seu maior expoente, visando o triunfo do projeto de classe que era defensor.

3.1.1. Friedrich List

A defesa do protecionismo não era inédita no Brasil, mas Simonsen procurou em autores estrangeiros, apropriando-se de suas teorias de comércio internacional um "embasamento científico", nas palavras do próprio, para justificar uma sistematização mais adequada. Em 1931 no texto "As finanças e a indústria" Simonsen refere-se a Friedrich List (1789-1846) como aquele que

“delineou o enriquecimento e a industrialização na Alemanha pregando a abolição das tarifas aduaneiras entre os trinta e nove estados que vieram a formar o Império Alemão, e a criação de barreiras protecionistas para o exterior indispensáveis à formação industrial na sua phase incipiente” (SIMONSEN, 1931, p. 248).

O argumento foi utilizado para embasar uma defesa do protecionismo alfandegário, visando apoiar as indústrias nacionais, fragilizadas pela crise de 1929, além de uma redução dos impostos interestaduais e elevação das tarifas externas. O raciocínio protecionista de List era que o livre-cambismo só é mutuamente benéfico na troca entre países de desenvolvimento industrial semelhante. A proteção por parte das nações mais atrasadas suas "indústrias infantis" é justificável por ser consequência natural da diversidade de anseios das nações (cf. LIST 1983[1841], p. 85 e RODRIGUES, 2005, p. 54 apud BRUZZI CURI, 2014, p 126). Apesar de ser combatido pelos "economistas acadêmicos" livre-cambistas, o protecionismo estaria sendo

adotado pela totalidade dos países e de forma cada vez mais radical (cf. SIMONSEN 1931, p. 249).

Mauro Boianovsky destaca que os argumentos protecionistas de List teriam sido pensados para industrializações retardatárias de países hoje centrais, a exemplo de países como a Alemanha, e dividia o mundo entre zonas "tórridas" e "temperadas" com estas últimas devendo seguir a rota da industrialização. Uma leitura seletiva de List, destacando os argumentos que lhes interessavam, porém relevando ideias como a divisão "climática" do mundo, teria sido regra entre diversos economistas latino-americanos do século XIX e XX. Simonsen, com sua argumentação baseada na proteção da indústria, acompanhando o desenvolvimento da agricultura, como a única forma de alcançar a independência política e econômica das nações, seria um deles (cf. BOIANOVSKY, 2011 p. 3 e p. 32 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 127).

List reforçava a ideia de harmonia das forças produtivas, sendo benéfico para o conjunto das nações *internalizar* a divisão do trabalho referida por Smith (LIST, 1983[1841], p. 113 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 127) e não taxava de maléfico o desenvolvimento das manufaturas em países tropicais, porém essas atividades prosperariam mais facilmente em países de clima temperado. Porém essa leitura enviesada feita pelos industriais brasileiros, especialmente Simonsen, da obra de List privilegiava certos aspectos, em detrimento de outros, o que não significa que se tenha feito uma apropriação pouco coerente com os argumentos de List: houve, sim, uma apropriação seletiva (BRUZZI CURI, 2014, p.127), exemplo claro da lógica de Simonsen de não aderir a nenhuma corrente de suas fontes teóricas, e sim, fazer uma seleção e interpretação adequada à construção de seu discurso.

3.1.2 Mihail Manoilescu

A obra de Manoilescu (1891-1950) para Simonsen(1931) "... faz notar que o interesse nacional, o verdadeiro criterio scientifico que deve prevalecer no estabelecimento de um systema de tarifas, ressalta do estudo que se faça da productividade" (SIMONSEN, 1931, p. 250). Ministro do Comércio e Indústria na Romênia, a obra de Manoilescu era influente no Brasil e na península ibérica, fornecendo a Simonsen, como é claro nesse texto de 1931, um lastro para que a defesa dos interesses industriais ganhasse o *status* de um projeto intelectualmente coerente e

teoricamente benéfico para a nação, fornecendo argumentos importantes para as discussões decisivas naquele momento para industrialistas. Bruzzi Curi ressalta que a tradução e publicação do livro *Theoria do proteccionismo e da permuta internacional*, sua grande obra, dera-se por iniciativa do recém-fundado CIESP (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 128). Segundo Joseph Love, Manoilescu teria fornecido o argumento decisivo para que Otávio Pupo Nogueira, industrial e porta-voz do CIESP, se manifestasse contra a acusação, feita pelos cafeicultores, de artificialidade da indústria de sacos de estopa, em razão de sua matéria-prima importada, a juta. Pupo Nogueira teria, então, se interessado por trazer a obra de Manoilescu para o Brasil (cf. LOVE, 1998 p. 339-340 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 128-129)

Entre os aspectos relevantes da teoria de Manoilescu, encontra-se a ideia de que o lucro nacional é mais importante que o individual e que deveriam ser protegidos ou incentivados os setores com "coeficiente de qualidade" mais elevado, sendo este coeficiente uma medida de produtividade em sentido absoluto (cf. SIMONSEN, 1931, p. 251). Seguindo esta lógica, não é a produtividade relativa, (ou seus preços, vistos como reflexo) que deve ser levado em conta ao se mensurar as vantagens do comércio internacional. São as atividades que elevem a produtividade média da nação são as que realmente importam, e que devem ser instaladas, independentemente da comparação com o estrangeiro.

A ideia de *mercadoria de permuta* foi essencial para desconstruir os argumentos a favor de importação de produtos estrangeiros pelo seu custo reduzido. A questão era: para realizar qualquer importação seria necessário dar algo em troca, ou vender um produto a fim de obter divisas para conseguir importar. As mercadorias exportadas, geralmente, possuíam um valor agregado e tecnológico inferior àquilo que era importado. O protecionismo ganhava a justificativa necessária, afinal o setor protegido opera com uma produtividade mais elevada que aqueles setores exportadores de mercadorias de permuta. É nessa linha que se garante elevação de produtividade média e o lucro nacional (cf. MANOILESCU, 2011[1931] apud BRUZZI CURI, 2014, p. 130).

3.1.3 Wladimir S. Woytinsky

Essenciais para Manoilescu e, posteriormente para Simonsen, foram os trabalhos, e em especial os dados coletados, do economista russo reformista socialdemocrata Wladimir Woytinsky (1885-1960). A primeira parte do livro *Teoria do protecionismo* de Manoilescu utiliza os dados quantitativos para demonstrar a superioridade em termos de produtividade da indústria sobre a agricultura, como explicita bem a nota 40:

"Segundo Woytinsky(vol.I,p. 159), a renda líquida total da indústria(sem as minas) é maior do que a renda líquida total da agricultura nos seguintes países: Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Suíça, Canadá e Austrália(igualdade)" (MANOILESCU, 2011[1931] p. 204 apud BRUZZI CURI, 2014 p. 130).

Simonsen não cita a fonte de onde tirou os mesmos dados de Woytinsky, mas Bruzzi Curi (2014) aponta indícios de ter sido do livro de Manoilescu, cuja versão brasileira foi prefaciada por ele e a tradução patrocinada pelo CIESP (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 130). O reforço empírico das constatações de Woytinsky contribuiu bastante para o já referido *status* do projeto industrialista, além de que como vice-presidente da FIESP, Simonsen, do ponto de vista institucional, passou ocupar um papel mais claro como porta-voz dos industriais, com destaque público e um vínculo mais claro com os interesses da classe.

Em sua vida, Woytinsky assistiu a ascensão do Socialismo soviético, exilado na Alemanha do Nazismo, para se estabelecer na Suíça e Estados Unidos, onde viveu até 1960. Segundo Bruzzi Curi, ele e Simonsen estavam num mesmo campo de discussão, tentando pensar em formas de intervenção sobre a economia, que levassem ao desenvolvimento industrial e à superação de entraves: a primeira questão se refere a forma de estímulo a economia alemã/europeia e a segunda, à unificação europeia (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 133). Para Simonsen as duas formas de atacar o problema alemão eram a diminuição do custo de produção, por meio da racionalização produtiva, do lado da oferta, e o incremento do poder aquisitivo dos trabalhadores, com o duplo intuito de criar maior poder aquisitivo e intensificar o consumo, incrementando o escoamento dos produtos industriais (cf. SIMONSEN, 1931. P.240). Woytinsky defende estratégias semelhantes na terceira parte de seu livro *Estados Unidos da Europa* de 1927, intitulada "À procura de uma saída" (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 133).

Nas duas primeiras seções dessa parte, que é uma coletânea de propostas para reaquecer a economia do continente, fala em: "diminuir custos de produção" e "aumentar o poder de compra da população". Nesse sentido critica pesadamente a redução salarial e sugere para reduzir custos medidas como: aumento da qualidade do trabalho via formação profissional; política racional de habitação, focado na redução de aluguéis; política alfandegária visando à diminuição dos direitos de entrada de itens básicos e de matérias-primas industriais; e política de unificação europeia (cf. WOYTINSKY, 1927, p. 99 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 134). Em relação a estas questões Simonsen faz uma conexão interessante, referindo-se à concentração das empresas alemãs em *Konzerne* (cf. SIMONSEN, 1931, p. 243), que Bruzzi Curi explica

“A concentração das indústrias era, então, parte do processo de racionalização, que envolveria baixo custo de produção aliado a altos salários. O resultado disso seria uma forma de produção que poderia usufruir de economias de escala e de demanda. No fundo, todo esse esforço que Simonsen chamava de racionalização é uma estratégia de planejamento, isto é, uma forma de se reduzir as incertezas inerentes à produção capitalista, por meio da organização/padronização de processos e da criação de uma demanda pujante e garantida” (BRUZZI CURI, 2014, p. 134-135).

Para os autores, a elevação isolada da produtividade em apenas um país não funcionaria, pois a exportação é parte da demanda e as importações são parte da oferta de uma economia nacional. Sem um esforço conjunto de coordenação, enfraquece-se a demanda garantida da indústria, impossibilitando a ideia de uma "economia dirigida", capaz de garantir estabilidade ao capitalismo industrial. Concordavam em relação à importância dessa coordenação, que culminaria num processo de unificação econômica e, no caso de Woytinsky, política. Outro paralelo interessante entre os autores é a busca por um caminho alternativo entre a ortodoxia livre-cambista e o coletivismo marxista, de uma forma que houvesse um acordo social sem prejudicar nem a classe trabalhadora, nem os capitalistas. Woytinsky participou ativamente das discussões no Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e na Confederação Geral Sindical Alemã (ADGB, na sigla original), com planos de obras públicas, déficit público e outras medidas de caráter intervencionista (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 137-139) que mostravam bem o ambiente de discussão econômica da época de Simonsen.

3.1.4. Johann Rodbertus

Johann Karl Rodbertus (1805-1875) foi um defensor do "socialismo de Estado", embora fosse um monarquista conservador e recusasse a abolição imediata da propriedade privada. Foi deputado do parlamento prussiano, ministro e defensor convicto da unidade alemã. No caso de Rodbertus, o elemento teórico que mais interessava Simonsen foi sua abordagem em relação à necessidade de o Estado governar o mercado, visando uma melhor funcionalidade do sistema capitalista. A natureza socialmente injusta do livre mercado não seria um indicativo de seu fim e não atribuía culpa à classe capitalista por essa tendência. Porém, essas disfunções levavam a uma queda da participação relativa dos salários na renda com a elevação da produtividade. Foi um reforço teórico relevante a ideia de Simonsen de que o livre mercado, ainda mais para o Brasil com indústria incipiente e pouco competitiva internacionalmente, não era benéfico. Como resumiu Bruzzi Curi: “A prevalecerem os princípios do livre mercado, o Brasil permaneceria na crônica situação de país economicamente frágil, cujo câmbio se desvalorizava em decorrência da impossibilidade de suprir as demandas geradas pelo processo de civilização” (BRUZZI CURI, 2014, p. 156).

Suas principais contribuições estariam relacionadas à teoria da renda da terra e à sua ideia de pobreza e de ciclos econômicos. Sua principal recomendação de política econômica, segundo Schumpeter, era a eliminação da pobreza e dos ciclos – as crises de subconsumo – por meio da redistribuição de renda e da regulação de preços, por parte do Estado (cf. SCHUMPETER, 1964[1954], p. 155 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 146). Em relação às suas grandes obras, Bruzzi Curi apresenta

“Schumpeter arrola três obras que considera as mais revelantes de Rodbertus: *Zur Erklärung unserer staatswirtschaftlicher Zustände* ('Explicação das nossas situações econômico-estatais', 1842), *Sociale Briefe an von Kirchmann* ('Cartas sociais a Von Kirchmann', 1850-51, traduzido para o inglês em 1898 sob o título *Overproduction and crises*); e *Zur Erklärung und Abhülfe der heutigen Creditnoth des Grundbesitzes* ('Para explicação e solução do atual problema de crédito da propriedade fundiária', 1868-69)” (BRUZZI CURI, 2014, p. 146).

Sua teoria das crises esboçada em *Das Kapital* (mesmo título que a obra de Marx), uma edição da quarta carta a Von Kirchmann feita em 1899 por Adolph Wagner e Teophil Kozak, era baseada na teoria de que o livre mercado estimulava uma queda na participação relativa dos salários na renda, o que aliada a produtividade crescente, gera superprodução e excesso de estoques (subconsumo). Para entender a importância de Rodbertus para Simonsen o que mais interessa aqui é a quarta carta a Von Kirchmann, numa versão em francês publicada em 1904, por ser provavelmente a obra que ele teve acesso, como atesta Bruzzi Curi, pela presença de um exemplar na USP (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 146).

Um dos pontos essenciais no conteúdo desta carta-livro é a teoria das "crises comerciais", esboçada por Rodbertus em sua contestação. O autor contesta a noção que a culpa das crises de subconsumo se originem dos baixos salários, sendo assim, dos capitalistas. Este ponto analítico era defendido por Kirchmann. Faz um contraponto atribuindo ser uma disfunção intrínseca à economia de mercado a causa real.

“Nossas crises comerciais, em uma palavra, não são culpa de uma classe da sociedade, porém um problema intrínseco, imutável, de uma circulação deixada a sua própria sorte. As crises são os paroxismos do defeito que se sobressai na organização econômica atual: a produtividade pode crescer a uma proporção qualquer, ao passo que se reduzem as partes do produto nacional que constituem os salários” (cf. RODBERTUS, 1971[1854] p. 38-39 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 147).

Simonsen atribuía a Rodbertus uma revisão da economia smithiana, dando ênfase à importância do Estado, ressaltando seu aspecto social, o seu processo de formação histórica e o preponderante papel que lhe estava reservado no exercício dos direitos sociais (cf. Anais da Câmara dos Deputados, 1935, p. 266-267 apud BRUZZI CURI, p. 147). Porém, fazia uma apropriação seletiva ao não corroborar a ideia de que a distribuição de renda deveria ser uma prioridade estatal. Para Rodbertus, o livre mercado desregulado da oferta de trabalho tende a manter os salários próximos ao nível de subsistência, sendo medidas de cunho redistributivo a solução para que os salários acompanhassem a produtividade crescente. No discurso “Objetivos da Engenharia Nacional”, Simonsen já enfatiza a necessidade de criação de riqueza e crescimento do *quantum* como prioridade a uma legislação social (SIMONSEN, 1945[1939] apud BRUZZI CURI, 2014, p. 148).

Dentro da lógica de situar a motivação política a ser legitimada por detrás dos argumentos extraídos dos economistas europeus por Simonsen, cabe compreender o contexto em que os argumentos de Rodbertus foram inseridos. Cabia analisar criticamente o tratado bilateral de comércio Brasil-EUA em meados dos anos 1930. Fundamentado na cláusula de nação favorecida, os americanos em troca de preservarem o café brasileiro na lista de produtos isentos de tributação e a concessão de reduções tarifárias para alguns artigos, em sua maioria, primários. Por sua vez, o Brasil reduziria a tarifa alfandegária e a tributação sobre uma extensa lista de produtos, na sua maioria bens de consumo duráveis (cf. Presidência da República, 1935 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 142). Inicialmente o governo brasileiro não demonstrou grande interesse, mas acabou cedendo às pressões dos norte-americanos.

A postura americana é justificável em grande medida pela ofensiva alemã de buscar novos mercados para suas exportações via acordos bilaterais de comércio compensado. A estratégia consistia na supressão de divisas no comércio e uso de "caixas de compensação". No caso alemão, o comércio era feito por meio de marcos bloqueados, estes inconversíveis (SEITENFUS, 2003, p. 18-19 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 141). Com a implementação da cláusula de nação mais favorecida os Estados Unidos garantiriam sua predominância no mercado brasileiro.

O Tratado necessitava de uma ratificação no Congresso Nacional para entrar em vigor, de acordo com a, então vigente, constituição de 1934, uma vez assinado. A discussão que se seguiu opôs defensores da liberalização comercial e protecionistas, além de apresentações de projetos nacionais diversos. Simonsen seguiu a posição dos industriais no debate parlamentar e se posicionou de forma contrária ao Tratado, mas não se limitou a isso. Construiu uma argumentação com múltiplas referências e recursos históricos, para sustentar uma causa ligada a interesses de classe (cf. BRUZZI CURI, 2014, pp. 143-144).

Sua argumentação consistia em procurar na história bases para sua hipótese que o livre-cambismo servia aos países mais ricos e era nocivo àqueles que estão se desenvolvendo. Identifica-se como "apartidário" e defensor dos interesses ligados a produção nacional, já que foi escolhido como candidato independente dos sindicatos industriais paulistas. Em seu discurso parlamentar mencionou autores como List, Rodbertus e Wagner, que será abordado em seguida,

compondo um quadro de influências diversas pelos quais Simonsen transitou ao buscar subsídios para uma melhor fundamentação de sua retórica (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 144-145).

3.1.5. Alfred Wagner

Adolph Wagner (1835-1917) foi um economista alemão integrante do movimento que ficou conhecido como "socialismo de cátedra" (cf. SCHUMPETER, 1964[1954], p.70 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 148), com destaque para sua teoria monetária e finanças públicas. Ainda segundo Schumpeter foi Wagner que trouxe ao primeiro plano do debate econômico alemão no final do século XIX as ideias de Rodbertus, reeditando algumas de suas obras e fazendo referências elogiosas, por exemplo, em seu livro *Fundamentos de Economia Política*. Simonsen menciona este livro e elogia o autor como aquele que primeiro e melhor estabeleceu os conceitos de economia, capital e renda nacionais.

Bruzzi Curi aponta indícios que Simonsen tenha tirado de *Fundamentos* a ideia de economia nacional, utilizando o conceito na ofensiva contra o Tratado de 1935 e citando Wagner. O livro recebeu uma tradução francesa em 1909 e alguns exemplares desta versão se encontram nas bibliotecas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e da Faculdade de Direito, ambas da USP. Como explica Bruzzi Curi:

“A presença de traduções francesas dessas obras (...) em bibliotecas de São Paulo e a própria citação desses autores por Simonsen, como autoridades que dariam legitimidade ao seu discurso, apontam para a constatação de que essa linhagem de pensamento, ligada à tradição alemã, com elementos de historicismo, nacionalismo e socialismo reformista, tinha penetração no Brasil e influenciou de alguma forma as elaborações de Simonsen” (BRUZZI CURI, 2014, p. 154).

O livro III da referida obra, "Economia e economia nacional", define seu tema como o conjunto, considerado como um todo fechado, das economias individuais independentes unidas pela articulação do trabalho e relacionadas entre si, segundo uma regulação determinada pelo direito econômico (regulação do direito econômico e administrativo), no seio de um povo organizado em Estado (ou em confederação) ou em algum tipo de domínio econômico resultante de regras econômicas estatais ("Zollverein"): trata-se de uma combinação orgânica e não somente

uma justaposição mecânica de economias individuais (cf. WAGNER, 1909[1876], p. 20 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 149).

Wagner esboça uma tipologia do desenvolvimento. A formação da economia nacional se daria por diferentes fases como; raça, gente, tribo e nação; começando de fato nesta última quando "as relações de sociedade são substituídas por relações econômicas". A partir daí passam a ser determinantes a divisão do trabalho e os contratos (id. IBID), tendo quatro fatores fundamentais para o desenvolvimento: o nacional, o geográfico, o econômico-técnico e o político-jurídico. Define-se "fases típicas" que formam um fenômeno coletivo geral da história humana. Porém integra as diferentes economias nacionais, estendendo sua tipologia para a economia mundial ou universal, compreendendo-a como "um grande organismo no qual as diferentes economias nacionais (...) desempenham a função de membros"(WAGNER, 1909[1876], p. 20-21 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 150). Havendo duas ordens de fatores a impulsionar o desenvolvimento universal: os relacionados à possibilidade e os ligados à causalidade. Bruzzi Curi citando as páginas 28 e 29 de *Fundamentos* explica:

“Os primeiros fatores seriam a segurança jurídica (estado das artes do direito internacional, mecanismos de proteção aos interesses nacionais no estrangeiro) e o estado dos meios de comunicação e transportes. Os fatores relacionados com a causalidade seriam: as diferentes constituições naturais dos países e dos povos e a diferença do grau de desenvolvimento das economias naturais particulares. A divisão nacional do trabalho dá lugar, no âmbito da economia mundial, à divisão internacional do trabalho” (BRUZZI CURI, 2014, p. 150).

Além disso Wagner admite que haja uma conformidade da divisão internacional do trabalho à natureza, graças a diferenças na constituição natural dos países. Inclusive menciona List e sua admissão das vantagens do intercâmbio entre a zona temperada e tropical em seu *Sistema Nacional*, relativizando, porém, relativiza a tese da necessidade natural do comércio exterior. Ele enfatiza que não apenas fatores naturais determinam o tipo de atividade que se realiza em diversos países, com a possibilidade de internalizar parte da produção adquirida ao exterior, usando como exemplo as "plantas úteis"(cereais, hortaliças, etc.) e animais domésticos ao redor do mundo (cf. WAGNER, 1909[1876] p. 33-34 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 150).

Ganha importância o segundo fator determinante: o grau diferenciado do desenvolvimento das nações. Países com diferentes níveis de desenvolvimento, ou seja, em "fases típicas" distintas", se manteriam desiguais graças a bases naturais e o caráter quase invariável de suas populações (basicamente questão racial). A partir disso resultaria uma circulação "natural, prevalecendo fatores de ordem física. Todavia, essa circulação natural estaria sujeita a mudanças históricas, pois o desenvolvimento de uma economia nacional externa poderia significar uma limitação de circulação econômica em cada âmbito interno e acarretar uma regressão na economia mundial. Esse problema pode não ser percebido, graças a melhorias tecnológicas que elevam a grandeza absoluta do comércio internacional. O retorno do protecionismo (impostos de proteção agrícola) naquele momento da Europa (1876) e a América do Norte após a Guerra Civil são exemplos citados por Wagner para criticar a ideia de que diferentes graus de desenvolvimento necessariamente estimulariam o comércio internacional, apesar da evolução nos transportes desse a impressão de um volume maior de trocas (cf. WAGNER 1909[1876], p. 37 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 151).

Wagner relativizava também a ideia de uma economia mundial integrada graças aos diferentes graus de desenvolvimento nacional pela existência de economias interiores continentais. Contesta as vantagens integralmente positivas do comércio internacional, destacadas pela economia política inglesa, que poderia ser mais benéfico a uns que outros. Além disso, aponta uma série de problemas ligados a dependência comercial com o estrangeiro como fatores políticos externos, substituição de indústrias tradicionais por produções exportáveis, como na Ásia, e a necessidade de competitividade internacional estimular um achatamento salarial, reduzindo o poder compra das massas domésticas (cf. WAGNER, 1909[1876], p. 38-39 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 152). Concluía defendendo a primazia do interesse nacional em detrimento do que chamava de "interesses cosmopolitas" ao se tratar de problemas relativos ao desenvolvimento econômico, defendendo o ponto de vista nacional da economia mercantilista em comparação ao liberalismo inglês.

A predominância do "ponto de vista nacional" sobre o cosmopolita quando em conflito era caro tanto a Wagner quanto Simonsen. Nas discussões sobre o tratado de 1935 tentava mostrar que deveriam prevalecer os interesses nacionais, que eram análogos aos da indústria brasileira, e que a experiência histórica dos Estados Unidos e de países europeus relevantes

demonstra como adotaram o protecionismo em nome da defesa dos interesses de suas indústrias. O que não implica em uma ojeriza ao capital estrangeiro, que Simonsen enfatiza ter uma grande importância no país e se posicionando contra o *default* dos compromissos externos (BRUZZI CURI, 2014, p. 153-156).

3.1.6. Colin Clark.

Simonsen se pronunciou em alguns trabalhos sobre as questões da organização econômica mundial no pós-guerra a partir do texto *Alguns aspectos da Política Econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra*, uma conferência pronunciada em 1943 e publicada pela FIESP⁷. Há nos textos uma procura por identidade periférica nos países não desenvolvidos. Reivindicava-se a cooperação das nações aliadas, que venceriam a guerra, para auxiliar a elevação da renda nacional dos países “pobres”. Esse foco na ideia de crescimento da produção nacional, acima da sua distribuição, está presente anteriormente, porém nunca havia sido associado com esboços de uma “teoria” da divisão internacional do trabalho como aparece em *Alguns aspectos*. O argumento do texto referia-se a um aprofundamento das diferenças internacional com a guerra a favor dos países ricos, especialmente os Estados Unidos. Enquanto lá houve um crescimento da capacidade produtiva em setores estratégicos, como as indústrias de base, o Brasil contribuiu no comércio com produtos básicos, levando Simonsen a concluir que

“Em resumo: progredimos no trato dos nossos problemas sociais, no fortalecimento da unidade nacional e na formação dos nossos técnicos; melhoramos várias indústrias de transformação; aumentamos o volume físico de nossas produções industriais; criamos grande variedade de tipos novos de matérias-primas nacionais; mas nossa atividade produtora em geral não cresceu em ritmo que se compare ao dos nossos grandes aliados.(...) No terreno da relatividade nos empobrecemos, de fato, comparativamente para com os índices de enriquecimento das potências democráticas” (SIMONSEN, 1973, p. 281-282).

⁷ . Em um texto posterior, de 1947, Simonsen apresenta uma perspectiva mais ampla, latino-americana: *O Plano Marshall e suas prováveis repercussões na América Latina*, um relatório apresentado na XXVI Reunião Plenária da Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção. Por último, o texto “Direito Internacional Social”, de 1948, uma brochura publicada no momento em que o Brasil sofria as consequências do reordenamento mundial pós-Segunda Guerra. Neste último texto, há a ideia de deterioração dos termos de troca, apresentada com certa clareza.

O autor parte da noção de que como a remuneração paga a cada indivíduo é função da sua produtividade⁸, quanto mais concentrada em trabalhos primários for a economia nacional, mais pobre. Para assegurar a cada habitante do país um conjunto mínimo de recursos, capaz de lhe permitir uma existência digna (SIMONSEN, 1973, p. 282) era preciso mudar sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Para associar a ideia de progresso econômico ao crescimento industrial, Simonsen recorre a obra do economista inglês Colin Clark(1905-1989)⁹. O livro referido por Simonsen, *The conditions of economic progress* (1940), teria importância por seu pioneirismo, com ampla base estatística, constatar a enorme clivagem existente entre países ricos e pobres, e, por meio da metodologia comparativa, demonstrar um padrão de mudança ocupacional da economia, com o crescimento econômico sendo acompanhado de uma transferência da população das indústrias primárias para as secundárias e terciárias. Tratava-se de uma generalização cuidadosa da “Lei de Petty” que afirmava que as atividades primárias seriam menos enriquecedoras do que as manufatureiras e as mercantis. O argumento era sustentado pela evidência empírica tanto na comparação internacional quanto na análise de um mesmo país ao longo do tempo (cf. CLARK, 1951[1940], p. 395 apud BRUZZI CURI, p. 190).

Simonsen advoga no texto pela modernização do campo, para permitir a produção em massa de alimentos, e o desenvolvimento industrial, auxiliado com alguma proteção, para superar a situação a lógica da inserção via fornecimento de gêneros primários. Os únicos beneficiados desta lógica seriam os ricos proprietários de terra e os países industrializados em detrimento da população miserável e os países pobres. Estes seriam os grandes prejudicados pelos tratados internacionais de livre-comércio e a estabilização cambial¹⁰, sendo privados de duas armas importantes de defesa contra a concorrência de nações mais competitivas (cf. SIMONSEN, 1973, p.292.)

⁸ “... soma de conhecimentos, de invenções técnicas e de organizações econômicas de que ele se utiliza no exercício de sua atividade, como dos riscos de que ele participa” (SIMONSEN, 1973[1948], p.284).

⁹ Clark foi um economista inglês, com a atuação na Grã-Bretanha, nos EUA e na Austrália, sendo pioneiro das estimativas de renda nacional. Suas contribuições metodológicas lhe valeram o título de coautor, com Simon Kuznets, da “revolução estatística”. (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 189-190)

¹⁰ Bruzzi Curi ressalta que “ Em Evolução industrial do Brasil, de 1939, Simonsen já chamara a atenção para a depreciação cambial como fenômeno ligado ao desajuste existente entre a demanda interna de manufaturados à medida que o país se civiliza e a oferta insuficiente de produção interna e de divisas para obtenção desses produtos industriais.” (BRUZZI CURI, 2014, p.192).

A referência a Clark, que procurou evidência empírica para associar progresso econômico à redução do setor primário em comparação ao secundário e terciário, tinha um sentido semelhante ao recurso à obra de Woytinsky via Manoilescu, no início dos anos 1930. Tratava-se da busca de estudos baseados em estatística para dar sustentação a ideias econômicas (cf. BRUZZI CURI, p.195). Porém a argumentação de Clark implica numa tipologia do progresso econômico: haveria um caminho típico do desenvolvimento econômico, baseado no crescimento relativo de certas atividades em detrimento de outras (cf. BRUZZI CURI, 2014 p.196). Os textos de 1947 e 1948 refletiam essa visão mais ampla, analisando criticamente a inserção latino-americana no Plano Marshall e no comércio internacional¹¹. A análise mais sistemática de Simonsen em relação aos desafios do crescimento da renda nos países pobres está inserida num processo de criação de uma identidade econômica no continente. Os textos de Simonsen no final de sua vida são exemplos claros da importância de analisar criticamente a inserção latino-americana no comércio internacional, que envolvia a hipótese Prebisch-Singer da deterioração dos termos de troca, culminando na criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), para discutir seus problemas econômicos de forma mais integrada.

3.2. A controvérsia do Planejamento e seu contexto.

As questões da organização e da racionalização produtiva sempre estiveram presentes na obra e trajetória de Simonsen. Ao longo dos anos 1930 isso se estendeu para a economia como um todo. Ainda que suas preocupações intelectuais tenham sido diversificadas, abordando temas como a teoria do comércio internacional e a história econômica, a generalização da organização científica do trabalho continuou presente. Porém o planejamento que será abordado em questão é mais abrangente, ligado a organização da economia nacional. Este era um tema na pauta do dia em sua época. Duas guerras mundiais, uma grande descrença no liberalismo e a ascensão de regimes centralizadores levaram a uma revolução no planejamento econômico-administrativo. Este se tornara um instrumento importante para a direção das economias de todo tipo, afinal o *modus operandi* estatal de guerra, com os tesouros nacionais e ministérios das finanças como

¹¹ “ Os norte-americanos e europeus, que desfrutam alto padrão de vida, não compreendem, em sua maioria as condições de penúria em que estão penosamente evoluindo os povos da América Latina”(SIMONSEN, 1973, p. 338)

comandantes da economia, não fora abandonado e a crença no livre mercado não seria restaurada nem mesmo com o final da guerra..

A controvérsia de planejamento foi uma troca de pareceres entre Simonsen e Eugenio Gudín (1886-1986), maior economista neoliberal da época, entre 1944 e 1945 no final do Estado Novo e da II Guerra. Bielschowsky assim introduz o texto em que descreve o autor:

“Engenheiro de formação, (Gudin) converteu-se economista já em idade madura, através de esforço autodidático. Foi responsável pelo primeiro trabalho sério de ensino e legitimação da teoria econômica no Brasil(...) Fez um esforço de recuperação do princípio fundamental da economia clássica, isto é, uma defesa qualificada do princípio da não-intervenção estatal na economia, através de uma rica problematização analítica de sua aplicação ao caso dos países subdesenvolvidos. (...) Dificilmente algum outro economista liberal de países atrasados terá feito, em plena década de 40, um esforço tão consistente como o de Gudín para readaptar os postulados clássicos às economias subdesenvolvidas, ou ‘reflexas’, se quisermos empregar o termo cunhado pelo próprio autor em 1940” (BIELSCHOWSKY, 2000[1988], p.41-42).

Naquele momento Simonsen era membro do Conselho Nacional de Política Industrial (CNPIC) e Eugénio Gudín pertencia à Comissão de Planejamento Econômico (CPE), sendo o primeiro basicamente formado por empresários do setor produtivo ligados ao Estado e o segundo, apesar do nome, era composto por membros abertamente contrários ao planejamento econômico (MARINGONI, 2010 p. 81). Maringoni coloca a existência do CPE para servir de contraponto ao industrialismo do CNPIC, a procura de uma via intermediária, porém Draibe analisa como uma possível fragilidade da autonomia estatal naquele momento. Mesmo com a presença da lógica da expansão do aparelhamento estatal, requerimento de intervenção, planificação e aprofundamento dos controles econômicos, que abriam espaço para a ação industrializante, havia fortes elementos contrários a isso na conjugação de forças que sustentavam o Estado (cf. DRAIBE, 1985 p. 114-119 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 168).

As divergências não eram resumidas a um esquema polar de defensores da Indústria contra detratores. Mesmo os setores ditos industrialistas – como o empresariado industrial, a nova burocracia e os militares interessados em projetos de defesa nacional – divergiam quanto os limites de intervenção estatal, papel do capital estrangeiro e da empresa pública. O Estado, representado pela presidência da República, agia diversas vezes de forma a dirimir os conflitos,

mas esbarrava sempre na barreira intransponível de suas forças instáveis de sustentação (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 168). No momento do debate sobre o planejamento as próprias condições que geraram o Estado de compromisso, que abriu espaço para esse processo de transição acelerado, o limitavam. Fonseca defende que, ao mesmo tempo em que o contexto de guerra contribuiu para a expansão e a legitimação das funções interventoras do Estado, ao caminhar para seu desfecho, propiciou o questionamento da permanência do Estado Novo e aumento das pressões pelo seu fim (cf. FONSECA, 1987, p.283, p. 313).

3.3. O debate com Gudin e os autores utilizados: Prokopovich e Landauer

Mesmo sendo uma constatação esquemática, pode ser percebida a disputa entre duas perspectivas analíticas. O confronto dá-se entre um tipo de interpretação com formato mais próximo – ou menos distante – dos cânones acadêmicos da análise econômica, no sentido schumpeteriano do termo, no caso de Gudin; e, com Simonsen, uma interpretação menos comprometida com detalhes de rigor acadêmico, e centrada no contexto histórico-social em que se dá a formação de ideias, mas o que distinguia centralmente os dois autores era a perspectiva liberal de Gudin e a desenvolvimentista de Simonsen.

Do ponto de vista do elemento histórico-ideológico, é esse segundo elemento que importa mesmo porque não havia no momento do debate uma percepção acadêmica de fragilidade na argumentação de Simonsen, sendo vista como tão válida quanto uma abordagem baseada em questões como eficiência alocativa. A entrada de Simonsen se dá por um caminho distinto do percorrido por Gudin. Tratava-se de, uma via pioneira baseada na análise de aspectos históricos e especificidades da evolução econômica brasileira, marcada pelo colonialismo e o papel periférico no capitalismo internacional. Sua argumentação estava principalmente focada na superação de questões essenciais para o desenvolvimento nacional dentro de uma lógica industrialista e intervencionista, mas dentro de um arcabouço teórico ainda em construção e adaptação.

A discussão propriamente dita deu-se em março em 1945 quando Gudin apresenta o texto '*Rumos de política econômica*' no qual expressa sua discordância o artigo de Simonsen '*A planificação da economia brasileira*' apresentado ao CNPIC, onde o autor buscava justificar a necessidade da intervenção do Estado do desenvolvimento local das forças produtivas.

“No tocante, porém, aos métodos a adotar, à análise da conjuntura econômica que se quer remediar e aos princípios gerais a que deve obedecer a política econômica, não posso (...) acompanhar a orientação do ilustre relator do plano econômico. (...) O conselheiro Roberto Simonsen filia-se (...) à corrente dos que vêem no ‘plano’ a salvação de todos os problemas econômicos, espécie de palavra mágica que a tudo resolve mística de planificação que nos legaram o fracassado ‘New Deal’ americano, as economias corporativistas da Itália e de Portugal e os planos quinquenais da Rússia. Não compartilho dessa fé” (GUDIN, 2010[1945], p. 60).

Ao longo do texto visa desconstruir as postulações, defendendo a eliminação dos mecanismos estatais de intervenção, liberação econômica, austeridade nas finanças e no suporte a indústria. O texto é mais detalhado e fundamentado que o de seu oponente, expressando suas teses sobre a dinâmica do mercado e desqualificando as fontes e dados utilizados por Simonsen, além de associar a intervenção estatal ao totalitarismo. No texto há uma clara desvinculação entre a economia liberal e as instabilidades na primeira metade do século XX. Há a separação entre economia e política justificando na segunda a causa de todos os males.

Phyllis Deane em sua análise sobre os marginalistas ingleses destaca que o paradigma neoclássico permitia uma adequação dos preceitos liberais à situação complexa de um capitalismo industrial urbano e do aumento da competição internacional. Os economistas teriam perdido a necessidade de se comprometerem com essas questões pela diminuição do raio de alcance da ciência econômica, não havendo mais a tarefa de fornecer explicações sobre os problemas de reprodução capitalista em longo prazo (DEANE, 1980 p. 148 apud BRUZZI CURI, 2014 p. 175). Bruzzi Curi ao mencionar Deane em sua análise na discussão sobre a controvérsia do planejamento quer indicar que Gudin, ao isentar a economia de qualquer responsabilidade sobre as crises, está inserido numa tradição de pensamento, segundo a qual à economia caberia um papel muito específico, ou seja, o de refletir sobre a alocação de recursos escassos (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 176).

Segue-se em junho de 1945 uma resposta de Simonsen e uma nova carta de Gudin a Comissão de Planejamento em 24 de agosto. Em sua tréplica Simonsen busca melhores argumentos, para dar uma resposta às críticas de Gudin em relação à metodologia de sua análise e dois autores serviram de referência: Sergei Prokopovich e Carl Landauer.

S.N. Prokopovich (1871-1955) foi um economista russo, de trajetória política ativa antes e durante as revoluções de 1917. Podendo ser classificado como um socialista reformista, passou anos no exterior antes da Revolução Russa e era professor da Universidade de Moscou, onde fez uma exitosa tentativa de estimar o produto nacional russo e pesquisas relacionadas a problemas econômicos nacionais. Com a revolução trabalhou no governo soviético até ser exilado em 1922, seguindo para Berlim, Praga e Genebra, sendo que nesta cidade fundou um instituto de pesquisa chamado "Gabinete Econômico", onde investigou o desenvolvimento da URSS até sua morte (cf. KOJIMA, 2008[2005] p. 134 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 171). É da fase do 'Gabinete' que data o livro sobre a industrialização dos países atrasados analisado aqui '*L'industrialisation des pays agricoles et la structure e l'économie mondiale après la guerre*' em 1945. O livro reflete a tendência, perceptível nos economistas da Liga das Nações no final da Segunda Guerra, de considerar que as economias de países pobres e agrícolas deveriam industrializar-se em alguma medida, por não possuírem excedentes agrícolas suficientes para garantir as importações de manufaturas necessárias. Seu principal objeto de estudo na carreira foi o desenvolvimento soviético, tendo analisado os Planos Quinquenais. Viria daí sua preocupação com o planejamento e a industrialização pesada. A partir dos anos 30, a ênfase de seu pensamento passaria a ser o planejamento baseado em políticas econômicas racionais, que teria como pano de fundo a industrializado pesada e a democratização política. Chega a fazer a diferenciação, num estudo de 1952, dos planejamentos em países atrasados como Rússia, e nos países ricos. Para os primeiros, a meta deveria ser o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, a alfabetização, a baixa produtividade do trabalho e a criação de indústrias nacionais. Já no caso das grandes potências, o foco deveria ser lutar contra monopólios privados e combater crises econômicas (cf. LOVE, 2008 p. 402 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 171).

Em sua réplica a Gudin, Simonsen argumenta que durante a era vitoriana as mesmas instituições liberais aplicadas a vários povos produziram resultados bem diferentes e que o Brasil não teria passado pelo acelerado progresso europeu e norte-americano. A particularidade

histórica do desenvolvimento periférico e sua função desempenhada na evolução do capitalismo mundial justificariam a situação desfavorável que se encontram em relação às nações “supercapitalizadas” (cf. SIMONSEN 2010[1945], p. 132).

As interpretações de Simonsen e Prokopovich convergem, segundo Bruzzi Curi (2014), em relação a suas análises sobre o papel específico dos países atrasados na divisão internacional do trabalho: fornecimento de matérias primas coloniais e mercado de escoamento de produção (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 178). Simonsen destacava o fornecimento de metais preciosos, fomentando o surto industrial europeu e o evoluir do capitalismo europeu nos séculos XVIII e XIX, enquanto Prokopovich percebia como. "As forças dinâmicas provinham dos países avançados e economicamente poderosos, e não dos países atrasados e das fracas forças produtivas de suas economias nacionais" (PROKOPOVICH, 1945[1943] p. 37 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 178).

Ambos concordam na crítica à ideia que, caso não houvessem distúrbios extra-econômicos, o livre mercado inevitavelmente levaria todos os países a prosperidade. Bruzzi Curi afirma que a abordagem de Prokopovich era mais sofisticada na medida em que analisa autores como Petty e Ricardo, e situava marcos na história do pensamento econômico que apontavam para a diferenciação entre países. Concluía assim, que a base da economia nacional não é nem o meio geográfico, nem o “homo economicus”, com seus dados e aspirações econômicas inatas, mas o processo do desenvolvimento histórico, da cultura intelectual e material do homem (cf. PROKOPOVICH, 1945[1943] p. 19 apud BRUZZI CURI, 2014, p. 180). Já para Simonsen interessava, acima de tudo, contestar o posicionamento de Gudin, que via história econômica como movimento de “leis cristalizadas”. Diferenças à parte, para ambos importavam compreender as causas do atraso econômico, procurando nas especificidades históricas das trajetórias das economias nacionais, e embasar um discurso industrializante e favorável ao planejamento econômico (cf. BRUZZI CURI, 2014, p. 180-181).

No caso da obra de Carl Landauer(1891-1983)¹² sua importância para Simonsen na controvérsia foi desfazer a associação, cara a Gudin, entre planejamento e autoritarismo e obter argumentos econômicos teóricos que legitimassem seu discurso favorável à adoção da planificação como estratégia de desenvolvimento. Landauer associa-se ao Departamento de Economia em Berkeley, em 1934, lecionando cursos sobre movimentos de reforma social, sistemas econômicos comparados e outros. Era um economista que pretendia formular a teoria de uma economia socialista comprometida com a eficiência, a equidade distributiva e a democracia política, bem na linha da social democracia europeia de esquerda da época. Simonsen chega ao autor pelo seu livro "Teoria do Planejamento Econômico Nacional" de 1944 no decorrer de seu debate com Gudin. Bruzzi Curi ressalta que o livro encontra-se na Coleção Roberto Simonsen inclusive, e contém anotações à margem e sublinhados provavelmente feitos pelo próprio Simonsen (BRUZZI CURI, 2014, p. 181). Este livro vinha a suprir algo que faltara a Simonsen no princípio do debate: uma teoria do planejamento, justificando não apenas pela via histórica, mas também pela via da teoria econômica. Buscara elementos teóricos importantes sobre a teoria do comércio internacional, mas com Landauer preenchia uma lacuna que havia sido percebida por Gudin e duramente criticada.

A principal justificativa para Landauer para a planificação era a existência do ciclo econômico, em que se alternam fases de depressão e ascensão. Explica que todas as teorias de ciclos de negócios explicam essas fases por uma inadequação dos preços no presente como guias para escolhas. A validade da Lei de Say é que separa, segundo Landauer (1944), as teorias do ciclo em dois grandes grupos: a "teoria do subconsumo" e “ a teoria de sobreinversão”. Na primeira, depressões teriam sido causadas por uma incompatibilidade entre investimentos feitos no auge e o poder de compra gerado por essas inversões. Já na segunda, para a qual a lei de Say é válida, o que haveria é uma divergência entre os projetos de investimentos formulados pelos empresários no período de ascensão e a disponibilidade de recursos (cf. LANDAUER, 1947[1944], p. 7-8).

¹² Nascido em Munique, obteve grau de doutor em Heidelberg, trabalhando vários anos para o periódico "O economista alemão", o mais importante da República de Weimar, na área de economia e professor em Berlim. Defensor da democracia, foi um dos principais teóricos do Partido Socialdemocrata Alemão, sendo obrigado a deixar o país graças ao regime nazista.

Em ambos os casos há falhas no sistema de preços por não haver uma coordenação perfeita das atividades econômicas individuais, só se conhecendo o resultado da ação econômica após a execução. "Deve-se intervir no mecanismo do sistema de preços de modo que os preços presentes reflitam, com uma amplitude suficiente, a situação futura de oferta e demanda; ou se devem calcular antecipadamente os efeitos dos compromissos que os empresários projetam aceitar" (LANDAUER, 1947[1944], p. 8).

Define-se planificação como a orientação das atividades econômicas por um organismo de comunidade, valendo-se de um projeto que descreve, em termos qualitativos e quantitativos, os processos de produção que devem ser levados a cabo durante um período determinado do futuro (cf. LANDAUER, 1947[1944], p. 13). Landauer dava a Simonsen uma teoria econômica do planejamento para se embasar.

No trecho “O planejamento e a iniciativa privada” de sua réplica, Simonsen argumenta que por ser uma técnica, e não uma forma de governo, o planejamento econômico atuaria focado no interesse nacional, não estando filiado a nenhuma tendência do espectro político. Trata-se de uma resposta à acusação de Socialismo feita por Gudin. Além disso, continha uma ideia de modernidade, um avanço em relação às estratégias de políticas habituais do liberalismo, ainda não tendo sido compreendido pelos “saudosistas” que só querem enxergar os “encantos” do século XIX. Sendo que, estes só foram usufruídos por uma parte das populações de algumas privilegiadas nações (cf. SIMONSEN, 2010[1945], p. 134).

O planejamento estratégico trabalharia na lógica de reforma conservadora que sempre defendeu Simonsen. O planejamento econômico cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada em benefício da coletividade. A própria plenitude da propriedade só será preservada enquanto a maioria estiver convencida de que o exercício desse direito representa o interesse da sociedade em conjunto. Seu raciocínio era o de que: havendo padrão de vida e direitos sociais decentes, instabilidades sociais são evitáveis e a propriedade privada seria preservada. Após a discussão sobre a possibilidade teórica de eliminar o ciclo econômico via planejamento, Simonsen faz considerações de caráter técnico e político-ideológico, mencionando conselhos de Landauer como a manutenção da produção nas mãos da iniciativa privada e, para a execução do

planejamento, preferir os meios suasórios do que compulsórios (cf. SIMONSEN, 2010[1945], p. 134-135).

Em seu capítulo sobre planejamento e democracia, Landauer argumenta que a planificação em uma economia de mercado deve atuar para proporcionar os consumidores os melhores meios de satisfazerem seus desejos. Dialoga num sentido que, ao enfatizar o interesse coletivo, e não de um setor específico da economia, se reforça a seguridade econômica do cidadão. Isto afastaria a tentação de aceitar a ditadura e ajudaria a produzir o tipo de mente sã fundamental para o funcionamento da democracia (cf. LANDAUER, 1947[1944], p. 180-181). Essa visão de que a melhora econômica, proporcionada pelo planejamento, reduziria as chances de rupturas, tanto fascistas quanto revolucionárias, da ordem democrática era compartilhado por Simonsen.

Maringoni encerra seu texto sobre a controvérsia do planejamento definindo como sendo complexo estabelecer o vencedor da discussão. Gudin teria melhores instrumentos teóricos e metodológicos, enquanto por outro lado, a perspectiva histórica mostraria que o triunfo do desenvolvimentismo afirmaria na prática os postulados de Simonsen (cf. Maringoni, 2010, p. 129). Nesse sentido é válido o estudo dos argumentos e dados que fundamentaram esses postulados, para compreender a importância das obras de Prokopovich e Landauer para a maturação do pensamento Simonseniano e a gênese da economia do desenvolvimento no século XX. Dessa forma podemos passar à conclusão deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender o que foi a construção do desenvolvimentismo no Brasil, não basta estudar as obras dos primeiros grandes intelectuais dessa linha de análise como Furtado e sua aplicação na política econômica posterior. Precisa-se compreender claramente o que se passou na ordem econômica anterior para uma compreensão da totalidade.

A origem do desenvolvimentismo está exatamente na ordem econômica e política em que a ideologia nasceu para superar. O atraso social brasileiro somado a uma profunda crise no bloco hegemônico no período entre guerras abriu uma janela de oportunidades para diferentes projetos de grupos sociais distintos.

A totalidade de influências se expressa na própria forma em que observamos o amadurecimento do pensamento simonseniano. Na dimensão positiva da sua concepção de ciência, Simonsen priorizou uma análise centrada no estudo do real, em buscar na história as origens dos problemas brasileiros. Nesse sentido é claro o diálogo entre suas concepções ideológicas e a política econômica defendida por ele.

Seu projeto político de defesa dos interesses industriais e do planejamento estatal centralizado está integrado diretamente à construção de sua teoria. Esta não foi concebida para ser um mero diletantismo acadêmico e sim instrumento de legitimização dos interesses industriais. Ao mesmo tempo, observou a discussão internacional e encontrou no trabalho de colegas uma contestação semelhante em relação à teoria econômica e a forma que ela lidava com a realidade, especialmente no mundo subdesenvolvido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹³

Atas constantes dos da Câmara dos Deputados. XV e XVI (1935)
Presidência da Republica

BIELSCHOWSKY, R. (2000[1988]) *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo econômico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BOIANOVSKY, M. (2011) Friedrich List and the economic fate of tropical countries. IN: *Social Science Research Network*, 2011. Disponível em: < SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1810846> >.

BRUZZI CURI, L.F.(2014) *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CARDOSO, F.H. (1993) *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Vozes.

CLARK, C. (1951[1940]) *The conditions of economic progress*. 2ª edição. London: Macmilan.

CÊPEDA, V.(2003) *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

DEANE, P. (1980) *A evolução das ideias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar.

DINIZ, E. (1978) *Empresário Estado, e capitalismo no Brasil, 1930-1945*. Vol. 27. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DRAIBE, S. (1985) Sônia. *Rumos e metamorfoses um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Decreto N. 542, de 24 de dezembro de 1935, que promulga o Tratado de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América.

FANGANIELLO, H. (1970) *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

¹³ As traduções para o português dos trechos citados desses escritos, vários em língua estrangeira no original, foram feitas por Bruzzi Curi em sua dissertação.

FONSECA, P.C.D. (2004) "Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil." *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*. ISSN 1806-9029 15.2 (26) (2004). P. 225-56

_____. (1987) *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. Rio de Janeiro: Brasiliense.

FURTADO, C. (2007[1959]) *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

GUDIN, E (2010[1945]) Rumos de política econômica, IN: SIMONSEN, R., GUDIN, E. e VON DOELLINGER, C.. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3ª edição. Brasília: IPEA.

GRAMSCI, A. (1999) *Cuadernos de la cárcel*. Tomo II. Caderno 4. 2 ed. México, D.F.: Ediciones Era.

KOJIMA, S. (2008[2005]) "Exiled Russian economists and the USSR: Brutzkus and Prokopovich": IN BARNETT, Vincent e ZWEYNERT, Joachim (ed). *Economics in Russia: studies in intellectual history*. Aldershot: Ashgate Publishing.

LANDAUER, C. (1947[1944]) *Theory of national economic planning*. 2ª edição, Berkeley: University of California Press.

LIMA, H. F. (1963) *Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento*. São Paulo: Edaglit.

LIMONGI, F. (1989) A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo IN: MICELI, Sérgio, *História das ciências sociais no Brasil*, São Paulo: Vértice/IDESP.

LIST, G.F. (1983[1841]) *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural.

LOVE, J. (1998) *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2008) Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930. IN: *Cambridge Histories Online*. Cambridge University Press. Disponível em: Acesso em: 29/04/2011.

LUZ, N. V. (1975) *A luta pela industrialização do Brasil: 1808-1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega..

MANOILESCU, M.(2011[1931]) *Teoria do protecionismo e da permuta internacional*. Rio de Janeiro: Capax Dei.

MAZA, F. (2002) *O Idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. Tese de Doutorado São Paulo: Universidade de São Paulo. 2002.

MARINGONI, G. (2010) Liberalismo radical. IN: TEIXEIRA, A; MARINGONI, G; e GENTIL, D L. Desenvolvimento: *o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: IPEA.

PRADO JÚNIOR, C. (1974) Evolução econômica do Brasil.

PROKOPOVICH (ou PROKOPOVICZ), S.N.(1945[1943]) *L'industrialisation des pays agricoles et la structure de l'économie mondiale après la guerre*. Neuchâtel: Éditions de la Baconnière,.

RODBERTUS, JK (1904). *Le capital*. Paris: V. Giard & E. Brière.

_____. (1971[1854/1899]) “*Das Kapital. Vierter sozialer Brief an von Kirchmann*”). IN: _____. *Gesammelte Werke und Briefe. Abteilung I, Band 2*. Osnabrück: Otto Zeller. (Edição fac-similar da reedição de 1899, feita por Adolph Wagner).

SCHUMPETER, J. A. ([1964]1954) *História da análise econômica. Volumes 1, 2 e 3*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

RODRIGUES, C. H. L.(2005) *A questão do protecionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas

SEITENFUS, R. (2003) *O Brasil vai à guerra*. 3. Ed. Barueri: Manole.

_____. (1930) *À margem da profissão*, São Paulo: São Paulo Editora.

_____. (1931) *As finanças e a indústria*. São Paulo: São Paulo Editora.

_____. (1933) *Rumo à verdade*. São Paulo: São Paulo Editora

_____. (1937) *A indústria em face da economia nacional*. São Paulo: "Graphica da Revista dos Tribunaes".

_____. (1945) *A engenharia e a indústria*. São Paulo: FIESP.

_____. (Evolução industrial do Brasil e outros estudos. 1ª edição. São Paulo: Companhia. Editora Nacional, 1973. (Seleção, notas e bibliografia de E. Carone). Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/evolucao-industrial-do-brasil-e-outros-ensaios>>. Acesso em 20/02/2015.

SIMONSEN, R. e QUEIROZ, L.A.P. (1923) *O calçamento de asfalto em São Paulo*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild.

SIMONSEN, R. (1945) “o planejamento da economia brasileira – Réplica ao Sr. Eugênio Gudin”. IN: SIMONSEN, R., GUDIN, E. e VON DOELLINGER, C. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2010

SIMONSEN, R; GUDIN, E. (2010) A controvérsia do planejamento na economia brasileira..

SUZIGAN, W. (2000) *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec/Unicamp.

WAGNER, A. (1909[1876]) *Les fondements de l'économie politique*. T. II. Paris: V. Giard & E. Brière

WOYTINSKY, W. (1927) *Les États Unis de l'Europe*. Bruxelles: Maison Nationale d'éditions L'Eglantine.